

PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL

DA

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO

Considerando que:

- i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.
- ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.
- iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.
- iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, como referência territorial para a concretização de Investimentos Territoriais Integrados (ITI) a escala NUTS III, através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.
- v. A concretização de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), devidamente ancorados em estratégias de desenvolvimento territorial estabelecidas para as NUTS III (coerentes com a estratégia da respetiva NUTS II e de nível nacional) devem contribuir para a prossecução de objetivos temáticos e prioridades de investimento identificados no Acordo de Parceria.
- vi. Os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial são aprovados na sequência de um processo de seleção concorrencial envolvendo as Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas, da responsabilidade de uma Comissão constituída por representantes das Autoridades de Gestão (AG) dos Programas Operacionais (PO)

mobilizados, das CCDR, da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, e por peritos exteriores à Administração Pública.

- vii. Com a conclusão do processo de seleção e de aprovação de cada um dos Pactos, a sua gestão será formalmente contratualizada com as AG dos PO financiadores, conforme o previsto no n.º 7 do artigo 65.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro.
- viii. Na sequência do convite para apresentação de candidaturas, de 12 de Novembro de 2014, para o reconhecimento de Estratégias Integradas de Desenvolvimento territorial (EIDT), a 25 de fevereiro de 2015 foi reconhecida, pela respetiva Comissão de Avaliação, a EIDT para a NUTS III Médio Tejo.
- ix. A 17 de Março de 2015 foi publicado o Convite nº 3/ 2015 para apresentação de candidaturas visando a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.
- x. O processo de seleção dos PDCT envolveu duas fases, conforme previsto no ponto 4.6 do Convite, a 1ª fase relativa à avaliação da coerência e qualidade do PDCT e a 2ª fase relativa à negociação da configuração e razoabilidade dos investimentos, dos compromissos em termos de metas e resultados e da capacidade de concretização do Pacto.
- xi. O processo de negociação, correspondente à 2ª fase, permitiu concluir um acordo entre as Autoridades de Gestão dos PO financiadores e a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020, neste ato representada por Ana Abrunhosa que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, por inerência do cargo de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro e no Despacho nº 6756/2014, de 23 de Maio.

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR), neste ato representada por Helena Azevedo que outorga na qualidade de

Presidente da Comissão Diretiva, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros nº 73-B/2014, de 16 de dezembro;

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), neste ato representada por Domingos Lopes que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros nº 73-B/2014, de 16 de dezembro;

Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, neste ato representada por Patrícia Cotrim que outorga na qualidade de Gestora da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 13279-F/2014, de 31 de outubro;

e a

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, neste ato representada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, Maria do Céu Albuquerque.

O presente Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial tem a natureza jurídica de um contrato e rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos Anexos, que dele fazem parte integrante:

Cláusula 1ª

Objeto

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (adiante designado de Pacto) é celebrado ao abrigo do artigo 65º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão (AG) dos PO financiadores apoiam o programa de ação acordado com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (adiante designada por CIM Médio Tejo), e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar.

Cláusula 2ª

Dotação financeira

1. Para o financiamento do Pacto, as Autoridades de Gestão dos PO financiadores asseguram para o período de vigência do Programas um apoio global de Fundo que totaliza 48.551.937,35 euros.
2. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro assegura um apoio de 29.107.637,85 euros FEDER e de 13.432.397,30 euros FSE, que totalizam um montante de 42.540.035,15 euros para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR) assegura um apoio de 637.500,00 euros do Fundo de Coesão, para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
4. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) assegura um apoio de 3.900.502,20 euros do FSE, para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
5. A Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 assegura um apoio de 1.473.900,00 euros do FEADER, para comparticipar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 1.
6. Os compromissos assumidos para algumas das prioridades de investimento estão condicionados à conclusão dos processos de mapeamento previstos nos textos dos PO, nos casos em que se aplicam.

Cláusula 3ª

Metas, resultados, acompanhamento e avaliação

1. A CIM Médio Tejo compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos PO financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às prioridades de investimento/ tipologias de operações contratualizadas no Pacto (Anexo 2).

2. Nos termos do n.º 10 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, o Pacto integra uma reserva de desempenho correspondente a 6% da dotação prevista na cláusula 2.ª, ao nível do PO e Fundo, que não poderá ser comprometida até à conclusão da avaliação prevista no número seguinte.
3. O Pacto é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas, conforme definido no ponto 9.2. do convite n.º3/2015 ao abrigo do qual o presente Pacto foi selecionado.
4. A CIM Médio Tejo, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos PO financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.
5. De forma autónoma à avaliação referida no número 3 da presente cláusula a CIM Médio Tejo compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do Pacto, a concluir até ao final do 1.º trimestre de 2019, com informação reportada até 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 4ª

Vigência

O presente Pacto produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas Operacionais e não for denunciado por algum dos subscritores.

Cláusula 5ª

Elementos integrantes do Pacto

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da CIM Médio Tejo enquanto organismo intermédio, onde se incluem elementos previstos nas alíneas a) e d) do n.º 7 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, serão objeto de adenda ao presente contrato, a outorgar com cada uma das Autoridades de Gestão dos

PO financiadores na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do mesmo diploma.

2. Relativamente ao FEADER, a delegação de competências associada à concretização do presente Pacto será também objeto de adenda a celebrar entre a AG do PDR 2020 e a CIM Médio Tejo.

3 – Fazem ainda parte integrante do Pacto os seguintes anexos:

Anexo 1: Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

Anexo 2: Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto (realização e resultado) para 2018 e 2023

Anexo 3: Pacto aprovado pelas AG dos Programas financiadores

Coimbra, 31 de agosto de 2015

O presente Pacto é feito em quintuplicado, sendo assinado pelas partes, valendo estes exemplares como originais.

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional Centro (Centro 2020)

Ana Abrunhosa

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR)

Helena Azevedo

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO
ISE)

Domingos Lopes

A Gestora do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020

Patrícia Cotrim

O Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Médio Tejo

Maria do Céu Albuquerque

ANEXOS

ANEXO 1 – Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento

Anexo 1
CIM MÉDIO TEJO

Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

Prioridades de Investimento/ Medida		Programa Operacional	Eixo Pacto	FEDER	FSE	FUNDO COESÃO	FEADER	Fundo Total
03.M04	Investimentos em ativos físicos	PDR	PT2-Médio Tejo verde e azul / Aumento da Resiliência dos Sistemas Naturais e do seu Potencial de Valorização Económica / Regadios Tradicionais, Segurança de Barragens, Drenagem e Estruturação Fundiária				1.473.900,00	1.473.900,00
02.03	O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha.	PO CENTRO 2020	PT6. Médio Tejo com uma governança inovadora/ Modernização administrativa/ Médio Tejo Online 2020	3.350.000,00				3.350.000,00
04.03	A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis	PO CENTRO 20210	PT2. Médio Tejo Verde Azul/ Promoção da eficiência energética/ Eficiência energética nos edifícios públicos	3.944.537,85				3.944.537,85
05.02	Promoção de investimentos para abordar riscos específicos... desenvolver sistemas de gestão de catastrofes	POSEUR	PT2. Médio Tejo Verde Azul/Aumento da resiliência dos sistemas naturais e do seu potencial de valorização económica/Equipamentos e estruturas operacionais			637.500,00		637.500,00
06.03	A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;	PO CENTRO 2020	PT5. Médio Tejo com identidade/ Afirmação Territorial do Médio Tejo	5.005.000,00				5.005.000,00
08.03	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;	PO CENTRO 2020	PT4. Médio Tejo competitivo e empreendedor/ Desenvolvimento da Rede Regional de estímulo e apoio ao empreendedorismo		2.000.000,00			2.000.000,00
08.08	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	PO CENTRO 2020	PT4. Médio Tejo competitivo e empreendedor/ Desenvolvimento da Rede Regional de estímulo e apoio ao empreendedorismo	1.700.000,00				1.700.000,00
09.01	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	PO CENTRO 2020	PT3. Médio Tejo inclusivo e com qualidade de vida/ Capacitação da rede de atores regionais para a inclusão e o empreendedorismo social/ Plataforma regional de parceria para a inovação social		2.507.397,30			2.507.397,30
09.01	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	PO ISE	PT3. Médio Tejo inclusivo e com qualidade de vida/ Capacitação da rede de atores regionais para a inclusão e o empreendedorismo social/ Fruição cultural e inclusão para todos		1.713.937,45			1.713.937,45
09.04	Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	PO ISE	PT3-Médio Tejo inclusivo e com qualidade de vida/Capacitação da Rede de Atores Regionais para a Inclusão e o Empreendedorismo Social / Envelhecimento Ativo no Médio Tejo		2.186.564,75			2.186.564,75
09.07	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais	PO CENTRO 2020	PT3-Médio Tejo inclusivo e com qualidade de vida / Qualificação da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais e de Saúde / Saúde	1.450.100,00				1.450.100,00
10.01	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário	PO CENTRO 2020	PT3-Médio Tejo inclusivo e com qualidade de vida/Iniciativas Inovadoras de Promoção de um Ensino de Excelência / Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar		8.925.000,00			8.925.000,00
10.05	Investimentos na educação, na formação e na formação profissional	PO CENTRO 2020	PT3-Médio Tejo inclusivo e com qualidade de vida/Iniciativas Inovadoras de Promoção de um Ensino de Excelência / Edifícios Escolares	13.658.000,00				13.658.000,00
Total				29.107.637,85	17.332.899,50	637.500,00	1.473.900,00	48.551.937,35
Total PO CENTRO 2020				29.107.637,85	13.432.397,30	0,00	0,00	42.540.035,15
Total PO SEUR				0,00	0,00	637.500,00	0,00	637.500,00
Total PO ISE				0,00	3.900.502,20	0,00	0,00	3.900.502,20
Total PDR				0,00	0,00	0,00	1.473.900,00	1.473.900,00

**ANEXO 2 – Quantificação das metas dos indicadores de
desempenho do Pacto (realização e resultado) para
2018 e 2023**

Anexo 2 - Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto (realização e resultado) para 2018 e 2023

Prioridade de Investimento a mobilizar	Fundo	PO	Indicadores Investimento				Indicador de resultado				Dotação FUNDO a Contratualizar
			Indicador de realização			Unidade medição	Indicador			Unidade medição	
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023		Meta 2018	Meta 2023			
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a inclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	PO CENTRO	Serviços da Administração Pública apoiados	2	6	Nº	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	-	65	%	3.350.000,00
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	PO CENTRO	Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública	1.450.685	7.253.427	KWh/ano		-	-		2.500.000,00
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	PO CENTRO	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	696.777	3.483.885	KWh/ano		-	-		1.444.537,85
TOTAL PI 04.03	FEDER	PO CENTRO	Redução anual do consumo de energia	2.147.463	10.737.313	KWh/ano		-	-		3.944.537,85
06.03 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;	FEDER	PO CENTRO	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	19.800	33.000	visitantes/ano		-	-		3.005.000,00
06.03 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;	FEDER	PO CENTRO	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	25.200	42.000	visitantes/ano		-	-		2.000.000,00
TOTAL PI 06.03	FEDER	PO CENTRO	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	45.000	75.000	visitantes/ano		-	-		5.005.000,00
08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;	FSE	PO CENTRO	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	75	125	Nº	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	-	50	%	2.000.000,00
08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	FEDER	PO CENTRO	Empresas que beneficiam de apoio	14	23	Nº	Postos de trabalho criados	-	32	Nº	1.700.000,00
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	PO CENTRO	<i>Indicador Complementar</i> Projetos de inovação e experimentação social apoiados	1	5	Nº	<i>Indicador Complementar</i> Projetos de inovação e experimentação social promovidos e que permanecem em funcionamento após 6 meses	-	-		2.507.397,30
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	PO ISE	<i>Indicador Complementar</i> Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura	76	202	Nº	<i>Indicador Complementar</i> Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura	70	90	%	1.713.937,45
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	PO ISE	<i>Indicadores Complementares</i> N.º de ações de promoção do envelhecimento ativo realizadas Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	36 5	72 12	N.º Nº	<i>Indicadores Complementares</i> N.º de participantes em ações de promoção do envelhecimento ativo realizadas Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	360 70	720 90	N.º %	2.186.564,75
09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	FEDER	PO CENTRO	Equipamentos sociais e de saúde apoiados	1	4	Nº					1.450.100,00
10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	FSE	PO CENTRO	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	1	1	Nº	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado	-	60	%	8.925.000,00
10.05 - Investimentos na educação, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;	FEDER	PO CENTRO	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	2334	3112	Nº/Anual	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	28	37	%	8.158.000,00
10.05 - Investimentos na educação, na formação, na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas; DGEstE	FEDER	PO CENTRO	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	2269	3025	Nº/Anual	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	59	78	%	5.500.000,00
TOTAL PI 10.05	FEDER	PO CENTRO	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	4603	6137	Nº/Anual	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	-	37	%	13.658.000,00
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	PO SEUR	<i>Indicador Complementar</i> Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados	1	1	Nº	<i>Indicador Complementar</i> Entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	14	14	Nº	637.500,00
03.M04 - Investimentos em ativos físicos	FEADER	PDR	<i>Indicadores Complementares</i> Segurança Barragens Regadios Tradicionais Estruturação Fundiária	1 113 1	1 141 1	nº ha nº					1.473.900,00
Total											48.551.937,35

ANEXO 3 – Pacto aprovado pelas AG dos Programas financiadores

Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-005 Versão 7

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
EIDT-99-2015-02	Convite para a apresentação de candidaturas para a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

Programa Operacional

Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO

Morada (Sede Social)

CONVENTO DE S.FRANCISCO AV GENERAL BERNARDO FARIA

Código Postal	Localidade
2300-535	TOMAR

NUT III	NUT II
Médio Tejo	Centro

Telefone	E-mail
249730060	geral@cimt.pt

Telefax	URL
249730069	http://www.mediotejo.pt

Tipologia de Beneficiário

Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável	Telefone Responsável
Miguel Pombeiro	249730060
Cargo Responsável	Telemóvel Responsável
Secretário Executivo	969054943
Serviço/Departamento	Email Responsável
Secretário Executivo	miguel.pombeiro@cimt.pt
	Email Alternativo
	sonia.santos@cimt.pt

Experiência do Promotor

Experiência do Promotor na implementação de Pactos

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização âmbito do QREN, incluindo dos resultados alcançados]

O historial de atuação ativa da CIMT na conceção, gestão e implementação de estratégias de desenvolvimento territorial integradas traduz-se hoje numa experiência acumulada que lhe confere um importante patamar de maturidade e experiência operacional, em termos de capacidade de gestão e de execução. Tem evidenciado uma sólida capacidade de adaptação aos objetivos e procedimentos de contratualização dos diferentes períodos de programação estrutural, que têm sido traduzidos em elevadas taxas de execução dos compromissos assumidos.

O Médio Tejo foi das primeiras regiões portuguesas a implementar um exercício concreto, e reconhecidamente bem-sucedido, de articulação de decisões locais a uma escala supramunicipal, por via das experiências de contratualização desenvolvidas no QCA III (2000-2006), no âmbito do PO LVT. Foi uma das regiões que obteve maiores taxas de execução na Região LVT.

Na prossecução das orientações do QREN 2007-2013 refira-se o pioneirismo do processo de elaboração e contratualização conjunta de duas NUTS III, subjacente ao “Programa Territorial de Desenvolvimento (PTD) 2007-2013 do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul: Estratégia 2020 e Plano de Ação 2007-2013” onde estiveram envolvidas a então Comunidade Urbana do Médio Tejo (CUMT), a Associação de Municípios do Pinhal Interior Sul (AMPIS) e a Autoridade de Gestão (AG) do MaisCentro. Esta experiência inovadora de cooperação supramunicipal conferiu uma experiência de atuação conciliada a estas entidades e às respetivas estruturas técnicas, possibilitando, em termos estratégicos, uma visão mais alargada e complementar acerca do futuro dos territórios e, em termos operacionais, uma contenção expressiva de custos e uma otimização de recursos facilitada pelo modelo implementado de gestão partilhada.

Foi particularmente positiva a possibilidade de se ter desencadeado um processo de construção de uma estratégia global de desenvolvimento para o Médio Tejo/Pinhal Interior Sul, contemplando a definição de uma visão num horizonte temporal de longo prazo, identificando os principais eixos de articulação dos objetivos estipulados. O “PTD 2007-2013 do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul” definia uma estratégia para o território, coerente com a estratégia da região Centro, e apresentava a proposta de um plano de investimentos que evidenciasse a coerência estratégica das operações objeto de contratualização e enunciasses a fundamentação das prioridades e área territorial de influência. O sucesso desta metodologia de cooperação conduziu à formalização desta reorganização administrativa informalmente assumida no anterior quadro comunitário pela criação da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT). Contudo, a operacionalização do processo de contratualização retirou capacidade executiva ao conjunto das prioridades estratégicas e operações constituídas nos PTD e norteou as orientações da AG, concedendo preferência determinante, quase exclusiva, aos projetos previstos pelos municípios ou pela CUMT e AMPIS, limitando, por esta via, o plano de ação do PTD a um conjunto de intervenções de âmbito municipal ou intermunicipal.

Estas orientações são claramente visíveis nos resultados alcançados. O investimento total contratualizado (FEDER) no âmbito do PTD do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul somou cerca de 90 M€, com uma taxa de realização de 90,9% (validado/aprovado). As execuções realizadas ao abrigo da contratualização concentraram-se nas áreas da requalificação da rede escolar, da valorização e requalificação ambiental, dos equipamentos para a coesão local e da mobilidade territorial, entre outras. As reprogramações, reforço e priorização do financiamento comunitário em determinadas áreas, assim como a capacidade de execução evidenciada pelos municípios, permitiram atingir um investimento executado (FEDER/FSE) de 153 M€, um investimento elegível de 183M€ e um investimento total de 218 M€ (aqui se enquadram investimento complementares à contratualização, nomeadamente na regeneração urbana).

O balanço da implementação do QREN sinalizou lições que estão atualmente a ser consideradas na preparação do Portugal 2020, dando continuidade aos procedimentos positivos do processo de implementação estratégica anterior e introduzindo as correções pertinentes.

Entre estas lições destacam-se o reconhecimento do maior valor acrescentado das intervenções de carácter regional e a necessidade de adicionar aos investimentos de carácter infraestrutural (essenciais à supressão de óbvias necessidades de qualificação territorial), uma sequência de intervenções com orientação mais imaterial. Este caminho garantirá a adequação aos novos desafios de desenvolvimento regional e às recomendações da política europeia, contribuindo para a superação dos constrangimentos e desafios que a leitura recente e prospetivada para a região recomenda, tendo, cumulativamente, em consideração os desafios atuais, especialmente complexificados pelo contexto de crise que afeta a economia mundial.

Copromotores Não Municipais

NIF	Designação	Prioridade Investimento
600084914	DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL	A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;
503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
503148776	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
000000000	Administração pública local; associações de regantes/beneficiários ou similares	Valorização dos recursos florestais
600005305	DIREÇÃO REGIONAL DA AGRICULTURA E PESCAS LISBOA E VALE DO TEJO	Valorização dos recursos florestais
501788344	AGROTEJO - União Agrícola Norte Vale do Tejo	Valorização dos recursos florestais

Caracterização do Pacto

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Médio Tejo

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial Situação atual do território

A Região do Médio Tejo (RMTE) tem cerca de 250 mil habitantes (1/10 da população do Centro, 2011) e tem vindo a registar dinâmicas demográficas desfavoráveis: perda populacional acentuada (resultado de um saldo migratório positivo incapaz de superar a evolução natural negativa) e envelhecimento.

O modelo de povoamento regional conjuga realidades urbanas – uma constelação urbana de “cidades médias” que representam 70% da população com potencial de afirmação conjunta e complementar - e rurais – que enfrentam os constrangimentos específicos como o êxodo socioeconómico, o desvirtuamento da coesão resultante das dificuldades de acesso a serviços diversos e o abandono das atividades rurais.

Reconhece-se assim, uma interação que deverá aprofundar os objetivos da revitalização económica urbana, da sustentabilidade da vivência rural moderna e um efetivo diálogo entre estas realidades territoriais em prol do desenvolvimento integrado.

As debilidades na mobilidade intrarregional, nomeadamente ao nível dos transportes públicos, é relevante neste contexto, uma vez que é um fator impeditivo das conexões urbano-rurais, com impacto negativo no acesso aos equipamentos e serviços de coesão, no ambiente pelo forte recurso a viatura própria e no aumento da massa crítica como polo urbano e de consumo, pela não garantia da funcionalidade exigida a um polo urbano contínuo, nas vertentes de residência, trabalho e lazer. É de referir que a região se encontra bem dotada de acessibilidades, com uma porta ferroviária de articulação com a AML, o cruzamento de eixos viários estruturantes A1-A23-A13 e o eixo complementar (IC8), de ligação do centro interior com o litoral e que exerce uma importante função de ligação do extremo norte da região.

O indicador PIB per capita revela um nível de qualidade de vida da população residente na região, inferior em 6% ao do Centro e a 22% face ao país. resultado de uma trajetória de divergência negativa. nos últimos três

quadros comunitários, justificado por insuficientes desempenhos na produtividade e na capacidade de rentabilização dos recursos humanos. Esta realidade é ainda mais gravosa na conjuntura económica vivenciada nos últimos anos, assistindo-se a reduções acentuadas no número de postos de trabalho e de empresas, o que desenhou um contexto de desemprego estrutural.

Diante este panorama, a RMTE enfrenta sérios desafios de reconversão do seu modelo económico e empresarial. O tecido empresarial da RMTE é predominantemente constituído por unidades empresariais de micro e pequena dimensão, particularmente frágeis perante a conjuntura atual, tendo-se assistido a uma diminuição acentuada do emprego da indústria e da construção e caracterizado por uma baixa intensidade tecnológica e fraca capacidade exportadora, o que indica a urgência do reforço de fatores competitivos inovadores e diferenciadores.

A riqueza da RMTE está bastante associada à valorização económica de recursos endógenos, bem como a uma crescente terciarização das atividades, acompanhando a tendência do país. É importante que as opções de desenvolvimento estratégico da região reflitam expressivamente a assunção deste desafio.

A indústria da RMTE evidenciou ganhos de especialização e aumento da produtividade face aos níveis médios do país. São os setores ligados à fileira florestal (madeira, cortiça e mobiliário e papel e publicações), o agroalimentar, o têxtil, vestuário e calçado, e o material de transporte que cunham o perfil produtivo da RMTE, num quadro onde existe muito caminho a percorrer no aproveitamento pleno do potencial dos recursos da região.

O desempenho dos setores da RMTE expostos à concorrência internacional melhorou substancialmente entre 2001 e 2011, sobretudo no Médio Tejo que mais do que duplicou a sua intensidade exportadora, onde o material de transporte, material de construção, papel e publicações, indústria química e têxtil, vestuário e calçado com maior participação na economia global, representando cerca de 80% das exportações totais, enquanto o Pinhal Interior Sul tem forte incidência exportadora na fileira florestal (madeira, cortiça e mobiliário), responsável por cerca de 90% das suas exportações.

É crucial a modernização, dinamização e diversificação da economia, especialmente as relacionadas com os recursos específicos do território, como instrumentos de sustentabilidade e preservação de valores e tradições, apostando na valorização de áreas que podem ser potenciadas, tais como a agricultura que, apesar das condições propícias, ainda não tem uma tradução real no perfil de especialização regional e de exportação; e a extensa mancha florestal, com potencial de alargamento das atividades já realizadas e uma aposta mais vincada na energia e no lazer.

O investimento na internacionalização, a qualificação do capital humano e a aposta numa especialização inteligente aplicada aos recursos distintivos do território surgem como prioritárias e associadas à inovação que pode ser alavancada pelos centros científicos e tecnológicos e pelo IPT, bem como pelo desenvolvimento de redes de cooperação tripartidas (empresas, sistema científico e tecnológico e organismos públicos). São relevantes entidades como o IPT enquanto pivô no estabelecimento de parcerias internacionais dinamizadoras de projetos concretos que constitui uma base sólida de experiência que a RMTE pode capitalizar; ou o NERSANT e Tagusvalley na melhoria da capacidade de internacionalização inovação das empresas da região, na estruturação das bases conducentes a esse resultado e no estabelecimento de parcerias nesta área.

Por outro lado, a diversidade do património natural (habitats, biodiversidade, rede hidrográfica e praias fluviais) e o grau de preservação e a notoriedade do património religioso e histórico-cultural (Santuário de Fátima, herança Templária, castelos, aldeias de xisto, vestígios arqueológicos, igrejas e capelas, solares e casas senhoriais), bem como um conjunto de tradições, festas, romarias e produtos regionais, constituem verdadeiros argumentos de força do potencial de afirmação turístico da região.

As tendências internacionais dos motes de atratividade turística dos territórios recomendam que o potencial desta diversidade seja trabalhado do ponto de vista da sua hierarquização e da conseqüente definição do produto turístico da região. A notoriedade nacional e internacional reunida pela bacia dos rios Tejo e Zêzere confere-lhe potencial de representação do símbolo identitário da região.

É exigido aos atores da região o reconhecimento dos principais argumentos de atratividade dos visitantes e turistas, desenvolvendo elos funcionais, tais como, mecanismos de projeção externa e de divulgação da região e os canais operacionais de composição da oferta disponível. Também como bloqueadores do desenvolvimento do turismo estão as debilidades na oferta hoteleira e a ainda reduzida diversidade das iniciativas empresariais mais deslocadas para jusante na cadeia de valor do setor, que ofereçam serviços organizados em complemento e com capacidade para avantejar a dotação de oferta patrimonial.

A captação de turistas para a região é fortemente polarizada pelo turismo religioso que canaliza, no Santuário de Fátima, o seu principal argumento de visitaçao. O concelho de Ourém concentra mais de 85% das dormidas no território, resultado de um crescimento sustentado (mais de 65% face a 2002). Porém, a oportunidade turística na RMTE está no alargamento do leque de oferta turística utilizando Fátima e o Convento de Cristo como alavancas, estabelecendo complementaridades com o “arco patrimonial de Lisboa”.

permitindo aumentar o número de turistas e a estada média, combater a sazonalidade e, assim, construir um produto turístico atrativo, substancial e com identidade própria (cultura).

A reestruturação do perfil empresarial pressupõe uma atuação paralela de combate aos desajustes no mercado de trabalho, entre a oferta formativa e o perfil de recursos humanos ambicionado pelas empresas. O desemprego conjuntural é agravado por estas incompatibilidades, verificando-se uma redução da empregabilidade embora mais contida face à média nacional. O combate ao desemprego que afeta a população jovem e qualificada da RMTE é um motivo de preocupação tornando-se urgente a criação de mecanismos que promovam a inserção no mercado de trabalho do capital humano portador de competências úteis para a região. Por outro lado, é fundamental garantir a inserção laboral da população com mais de 35 anos, num cenário em que subsistem dificuldades de mobilização desta franja da população para a participação em programas de reconversão profissional para adultos, muitas vezes agravada pelas debilidades do sistema de transportes. São de referir as melhorias nos indicadores de educação nas últimas décadas, com reduções substanciais das taxas de abandono escolar, embora a um ritmo inferior ao país e à região Centro. No tema do insucesso escolar, o bom desempenho global da RMTE face ao país e à NUTS II Centro oculta disparidades concelhias que recomendam intervenções mais localizadas e orientadas para o combate a fenómenos indutores de exclusão social.

Os reflexos da crise têm despoletado novos fenómenos de exclusão social e/ou pobreza, aos quais importa dar respostas mais completas do ponto de vista da combinação de competências interdisciplinares entre entidades que já desenvolvem vertentes complementares de apoio social na região. A necessidade de novas respostas sociais é identificada e implicam uma gestão e rentabilização dos equipamentos e infraestruturas, muitos deles intervencionados no anterior período 2007-2013, de desenvolvimento de competências em prol de objetivos de coesão e o aprofundamento da programação em rede e de especialização. Este objetivo será alcançável quando os atores da RMTE se organizarem em torno de uma plataforma integrada de cooperação e discussão. A sustentabilidade é uma temática transversalmente debatida colocando-se nas empresas, no património (natural e edificado), no desenvolvimento urbano (eficiência energética) ou na perspetiva da produção das energias renováveis (dependência energética). Neste âmbito, há um caminho a percorrer, onde os municípios, juntamente com a Médio Tejo 21 e outras entidades especializadas na área terão uma palavra a dar.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

- Articulação funcional, logística, empresarial, turística e social com Lisboa e outros territórios de proximidade
- Modelo de crescimento populacional assente na atração de fluxos migratórios
- Diversificação das atividades mundo rural e renovação da cooperação urbano-rural
- Captação de empresas ligadas ao aprofundamento da especialização produtiva e internacionalização do tecido empresarial regional
- Diversidade e qualidade de recursos endógenos como atrativo empresarial
- Desenvolvimento turístico

Principais Pontos Fortes

Principais Ameaças

- Inciência de uma identidade regional que projete a imagem da região
- Desertificação das áreas de baixa densidade
- Dependência energética, custos de eficiência energética e outras debilidades ambientais
- Inexistência de uma gestão integrada e sustentável do território
- Dificuldades competitivas das empresas com baixos índices de inovação e internacionalização

Principais Pontos Fracos

- Centralidade geográfica no contexto nacional e boas acessibilidades
- Presença de uma constelação urbana em consolidação
- Diversidade patrimonial e de recursos endógenos
- Boa dotação de equipamentos de coesão, mas com necessidades de rentabilização
- Especialização produtiva eclética e diversificada (floresta, metálicas, alimentares e têxtil, vestuário e calçado)
- Esvaziamento populacional, tendências demográficas regressivas e problemas de coesão socioeconómica
- Estrutura fundiária fragmentada e de pequena dimensão
- Atomização empresarial, elevados custos de contexto e desadequada bolsa de recursos humanos para as necessidades do mercado de trabalho
- Débil estrutura de apoio ao turismo
- Incipiente cultura de trabalho em rede em áreas-chave e desarticulações institucionais
- Sistema de mobilidade ineficaz com impacto na mobilidade laboral e na inclusão social

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Na RMTE os principais desafios são de:

- gestão: desenvolvimento de uma gestão inteligente do território, aplicando lógicas de sustentabilidade e de cumprimento da missão de promoção da qualidade de vida, ao domínio da regeneração urbana e dos equipamentos regionais, pela animação e (re)vitalização cultural das áreas urbanas, articulados em rede;
- coesão: de aprofundamento das redes de valorização das vivências e das pessoas em prol da coesão, condição de firmação de uma região unificada, capaz de articular polos rurais e urbanos bem como a sua autónoma afirmação das especificidades, aprofundando as potencialidades do rural e promovendo a complementaridade da constelação urbana regional;
- qualificação: aposta numa educação de excelência e na estruturação de uma região de competências de qualidade, na sequência dos avanços obtidos pela requalificação física do parque escolar;
- sustentabilidade: reafirmação dos compromissos de sustentabilidade, preservação e valorização económica, a aplicar ao património natural, religioso, histórico-cultural e edificado, orientada para o robustecimento do seu potencial turístico;
- mobilidade: promoção de avanços de eficiência e funcionalidade no sistema de conectividade regional, na sequência da melhoria das condições de mobilidade e de acessibilidade intraconcelhia e extrarregional;
- competitividade: articulação com o sistema científico e tecnológico para a (re)qualificação do tecido empresarial, aprofundamento e diversificação da especialização inteligente e internacionalização, aproveitando o posicionamento geográfico central da região e do potencial de dinamização induzido pela sua apetência logística para fixar e captar empresas;
- identidade: focalização da imagem identitária da região, visível e consolidada, que permita a criação de uma marca que permita a projeção competitiva e reconhecida da região para dentro e para fora;
- organizativo: estruturação de uma governação que introduza uma metodologia de desenvolvimento regional concertada entre as diversas entidades com responsabilidades nas intervenções estruturantes, na consolidação de massa crítica, conjugando uma estratégia de promoção com valia em diversas dimensões da vida da região.

Os principais fatores críticos de sucesso da RMTE são:

- diversidade, tanto territorial - oscilando entre territórios urbanos e rurais – como patrimonial - um vasto leque de heranças culturais, arquitetónicas e naturais – ou produtiva – com conjunto significativo de setores económicos com potencial de afirmação;
- centralidade, proximidade a Lisboa, maior pólo económico e populacional do país, que permite ambicionar a concretização de desenvolvimento socioeconómico, pela progressiva afirmação no contexto metropolitano, beneficiando dos efeitos positivos deste posicionamento;
- condições infraestruturais e de equipamentos satisfatórias, alguns resultado de investimentos realizados nos anteriores quadros comunitários que, se devidamente rentabilizados e colocados ao serviço do fim para os quais foram construídos, poderão assumir-se como fatores de atração populacional, empresarial e turística;
- presença de recursos endógenos, produtos regionais e condições edafoclimáticas, dificilmente igualáveis noutro contexto nacional e mesmo internacional;
- presença de instituições com representação setorial na RMTE que têm dado provas na dinamização económica, social e empresarial e no desenvolvimento de parcerias para projetos concretos.

Estratégia

Objetivos e vocação específica do ITI

A concretização da visão para a região do Médio Tejo na EIDT reconhecida, que aqui nos dispensamos de detalhar, sustenta-se em 5 orientações estratégicas (OE). Tendo por base as elegibilidades temáticas estipuladas no ITI, que não cobrem a totalidade das áreas de atuação assumidas pela região, estabelecem-se os seguintes pontos de contacto entre o ITI e as orientações estratégicas regionais:

-OE1. Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico assume o potencial endógeno e o perfil de especialização da região como alavanca para a criação sustentada de emprego e riqueza, promovendo o desenvolvimento de fatores avançados de competitividade (conhecimento e diferenciação) em atividades “tradicionais”. A diversidade e qualidade dos recursos naturais e patrimoniais regionais justificam a sua valorização, desde as atividades ligadas à floresta ao turismo, incluindo a conservação e preservação do património. A afirmação do tecido económico passa ainda pela identificação, antecipação e incorporação das tendências internacionais que determinam as dinâmicas de procura e promovem a sustentabilidade dos recursos, bem como a sua competitividade à escala global.

Estes pressupostos encontram correspondência no ITI nas PI relativas: abordagem a riscos específicos, gestão de catástrofes (PI5.2); à proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (PI 6.3) que é assumida com especial comprometimento pela CIMT, no sentido da concentração de recursos aplicada à valorização económica da riqueza e diversidade histórico-cultural e natural da região; ao potencial de geração de emprego sustentável e de qualidade, associado aos recursos endógenos (PI8.3/8.8) e a investimentos em ativos físicos ou infraestruturas coletivas (medida 4 (FEADER)).

-OE2. Incorporação de valor na atividade empresarial prevê intervenções macro empresariais (ecossistema de negócios, captação de investimento, vantagens de localização...) e de consolidação do tecido empresarial (fatores competitivos avançados, qualificação do capital humano, reforço do SRI, parcerias...), que tem enquadramento nas prioridades relativas à educação (PI10.1.) e ao apoio à criação de emprego por conta própria e de empresas, às microempreendedorismo e às microempresas (PI8.3/88).

-OE3. Promoção da coesão e da qualidade de vida fixa objetivos de melhoria das condições para a construção de um território mais atrativo para residentes, novos residentes, visitantes ou turistas. A valorização dos investimentos realizados no anterior quadro, o diálogo positivo entre o mundo urbano e mundo rural capaz de gerar benefícios para o território e o desenvolvimento das respostas sociais ancoradas nas TIC, que permita colmatar as necessidades das diferentes franjas da população, são objetivos que dão corpo a uma estratégia de redução das assimetrias territoriais e de melhoria da qualidade de vida, numa aproximação aos padrões de modernidade que caracterizam as sociedades mais avançadas.

Subjacente a esta orientação, estão contidos elementos nas PI relacionados com: a sustentabilidade e a qualidade do emprego com enfoque no apoio à criação de emprego por conta própria e de empresas, ao microempreendedorismo e às microempresas (PI8.3/88); a promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação (PI9.1); a melhoria dos serviços (PI9.4) e dos equipamentos de saúde e sociais (PI9.7) e o investimento na educação, que é tido neste Pacto como área especial de intervenção, nomeadamente, a redução e prevenção do abandono escolar, bem como, a promoção da igualdade de acesso ao ensino e formação (PI10.1) e em infraestruturas de educação (PI10.5).

-OE4. Consolidação da massa crítica urbana consubstancia o desafio de conferir densidade a um contínuo urbano sólido e complementar, à luz de argumentos de atratividade e sustentabilidade que desenvolvam o potencial residencial, económico, turístico e criativo da rede urbana regional, dirigidos aos diferentes tipos de procura. A melhoria da rede de serviços prestados às famílias, a animação dos centros históricos, a retenção ou captação de talentos, a promoção da sustentabilidade do património histórico e natural e a regeneração urbana, são objetivos que concorrem para a consolidação da massa crítica urbana regional. Estes elementos encontram espaço de concretização nas PI do ITI, no que diz respeito ao apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono (PI4.3); à proteção, promoção e desenvolvimento do património (PI6.3); à criação de condições de sustentabilidade e qualidade do emprego com enfoque no apoio à criação de emprego por conta própria e de empresas, ao microempreendedorismo e às microempresas em contexto urbano (PI8.3/8.8); à inclusão social e combate a pobreza e a discriminação (PI9.1); a melhoria dos serviços (PI9.4) e dos equipamentos de saúde e sociais (PI9.7).

-OE5. Governança inteligente e multidisciplinar incorpora o desafio de eficiência executiva e melhoria das condições administrativas à estrutura de governo supramunicipal do território, tendo encaixe no apoio à modernização da administração local e iniciativas inovadoras de gestão territorial (PI2.3).

Destaque-se o facto de ser plenamente assumido pela CIMT que as temáticas da cultura (PI 6.3) e educação (PI 10.1 e 10.5) deverão constituir as opções estruturantes do ITI a implementar. A concentração de recursos nestas PI é assumida de forma consciente (concentram mais de 50% da proposta de ITI que se apresenta), numa lógica de focalização das apostas da região, que se traduz em duas ambições estratégicas:

-fortalecimento da ainda incipiente marca identitária do Médio Tejo, visando conferir valorização económica ao potencial endógeno reconhecido à região;

-estruturação da atratividade da região com base na oferta de um modelo educativo de excelência, dando continuidade a objetivos que têm sido assumidos desde o PTD 2007-2013.

Para além destas apostas, a extensa mancha florestal existente na região determina uma abordagem sistemática nos domínios particulares da gestão florestal e da prevenção e proteção contra incêndios (PI 5.2).

As 5 orientações estratégicas definidas devem ser perspetivadas à luz da sua articulação:

-“OE1. Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico” e “OE2. Incorporação de valor na atividade empresarial” – assumem-se como motores que criam condições de atuação sistémica dirigida à promoção de objetivos complementares de coesão económica e social e de sustentabilidade de padrões de atratividade da região;

-“OE3. Promoção da coesão e da qualidade de vida” e “OE4. Consolidação da massa crítica urbana” – beneficiam de reflexos de intervenções assumidas no âmbito de outras OE, que se conjugam com objetivos de promoção da qualidade de vida e de valorização de modelos urbanos de vivência perfeitamente integrados numa envolvente natural aprazível e de grande beleza;

-“OE5. Governação inteligente e multidimensional” (capacitação institucional, marketing, gestão territorial, eficiência administrativa e territorialização das políticas públicas) –visa evitar a sobreposição de estruturas e de objetivos de intervenção, regendo-se por princípios de funcionalidade, seletividade, imaterialidade e operacionalidade das atuações.

Estas OE combinam objetivos de pertinência, inclusividade, sustentabilidade e governança, mas é dos diálogos entre estas atuações que mais intensivamente se reforça a concretização dos pressupostos de:

-mais competitividade “inteligente” (OE1+OE2), através de atuações dirigidas à valorização económica do potencial da região, através de atuações organizadas e mobilizadas em função de objetivos de promoção, marketing e orientação para o mercado. Salienta-se o papel que as intervenções dirigidas à promoção da valorização do património cultural e natural terão de assumir nos instrumentos que operacionalizam a estratégia assumida na EIDT, onde se destaca o ITI e, em particular, as intervenções de que se pretendem desenvolver ao abrigo da PI 6.3 (caso específico do projeto intermunicipal Afirmação Territorial do Médio Tejo);

-mais potencial humano (OE2+OE4), combinando iniciativas resultantes de mecanismos de facilitação do encontro entre as “necessidades” das iniciativas empresariais, que se pretende que sejam tendencialmente mais dinâmicas e empreendedoras e os esforços da região na captação de população residente e de recursos humanos. Este pressuposto encontra os seus embriões nas etapas escolares iniciais, para as quais se pretende desenvolver um Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar (PI 10.1), que se conjuga com as intervenções a desenvolver no parque escolar da região (PI 10.5);

-mais coesão (OE3+OE4), de onde ressaltam preocupações que conferem acolhimento às recomendações europeias e nacionais em matéria de política regional, como sejam as especificamente dirigidas ao combate à pobreza e aos fatores de exclusão social associados ao abandono escolar e à (des)integração no mercado de trabalho. Destaca-se, em particular, a resposta que se pretende desenvolver no capítulo da inovação social, estabelecendo um quadro de atuação em parceria entre a CIMT e as entidades da economia social com intervenção na região, ancorado num Plano de Desenvolvimento Social Integrado (ao abrigo da PI 9.1);

-mais sustentabilidade (OE1+OE3), de onde resultam iniciativas conjugadas no sentido de promover patamares mais elevados de atratividade global da região, combinando motores geradores de atividade económica e de emprego, com vetores de valorização da qualidade de vida, como sejam a diversidade de oferta de serviços de apoio ao residente, a capacidade de resposta social às necessidades da população ou a própria oferta cultural disponível na região. Em termos estratégicos, a região tem um forte potencial endógeno para promover uma articulação muito proveitosa as iniciativas desenvolvidas no âmbito da PI 6.3, nomeadamente na alavancagem de projetos de empreendedorismo de base local (PI 8.3 e 8.8);

-e mais governação (OE1+OE2+OE3+OE4+OE5), como mecanismo de operacionalização das atuações que exige a combinação de valências entre entidades com perfis e capacidades de mobilização diferenciadas.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

A metodologia de definição da EIDT Médio Tejo concedeu especial relevância ao envolvimento dos atores territoriais, a dois níveis: (i) conceção estratégica e operacional, contribuindo ativamente para a definição da visão e opções de desenvolvimento e (ii) na implementação do plano de ação, baseando-se na participação ativa da comunidade na proposta e execução dos projetos integradores conducentes à afirmação estratégica regional, gerida por um eficiente modelo de governação.

A mobilização da sociedade civil e das entidades relevantes para a implementação da EIDT e os mecanismos de garantia da sua participação sistemática no futuro, promoveu o envolvimento dos que terão responsabilidades na execução desta estratégia.

A construção do ITI, como instrumento de operacionalização parcial da EIDT, reflete uma etapa de reflexão regional conjunta, que beneficiou do Modelo de Governação já implementado na EIDT, seja do CEDI - Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (2 reuniões ordinárias/ano), seja da Comissão de Acompanhamento (reuniões bimestrais; composto por 6 entidades – IPT, NERSANT, TAGUSVALLEY, Centro de Inovação e Competências da Floresta, ADIRN como representante dos GAL, e União Distrital das IPSS - e com coordenação do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMT), e, muito em particular, dos contributos dos 5 grupos de trabalho setoriais (GTS) constituídos, para os quais estão definidos os seus objetivos e a composição do respetivo núcleo permanente.

Na construção dos projetos que compõem a presente proposta de ITI, destaca-se que:

- a construção dos projetos supramunicipais e a maturação do ITI beneficiou da dinâmica dos GTS e de diversas reuniões temáticas que conferiram orientação operacional às intervenções a desenvolver no território, envolvendo atores nas temáticas da modernização administrativa, eficiência energética, proteção civil, património e cultura, agricultura, social, educação, com o envolvimento de parceiros da região, intercaladas por reuniões técnicas e estratégicas da equipa técnica, da representação política da CIMT, do CEDI e da AG do POR Centro.
- foi estabelecida articulação com os GAL, visando garantir a otimização dos financiamentos canalizados para a região (evitando sobreposições de intervenções desejavelmente complementares, nomeadamente no contexto das PI6.3, 8.3 e 8.8);
- no caso da PI4.3, a CIMT e a Médio Tejo21 conduziram a definição das prioridades e do modelo de operacionalização em matéria de sustentabilidade energética e climática da região;
- no caso da PI5.2, os consensos obtidos quanto às intervenções prioritárias a assumir beneficiaram da concertação/levantamento de necessidades com a ANPC e ICNF;
- no caso da PI6.3, os consensos obtidos quanto às intervenções prioritárias a assumir beneficiaram da articulação com o Turismo do Centro, entre outras entidades;
- no caso da PI10.1, os consensos obtidos quanto às intervenções prioritárias a assumir beneficiaram de reuniões de concertação realizadas com os municípios, IEFP, IPT, agrupamentos de escola e escolas profissionais, parceiros mobilizados para a implementação do projeto.

Modelo de estruturação do sistema urbano e de articulação com os planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal, e metodologia do plano de mobilidade sustentável (recomendações da decisão de reconhecimento da EIDT)

O PDCT executado através do ITI, e parte integrante da EIDT, incorpora as recomendações da Comissão de Avaliação aquando do reconhecimento formal da EIDT.

1) Atribuir maior relevo às articulações supra territoriais e aos projetos a promover pelas entidades nacionais O PDCT atribui especial relevo às articulações supra territoriais, dando primazia às iniciativas regionais, pelo reconhecimento de que certos projetos apenas têm sentido e efetivo impacto se implementados e otimizados à escala supramunicipal e que a cooperação e as parcerias estratégicas regionais são fulcrais para a implementação da EIDT. A articulação com os projetos de incidência regional e promovidos por entidades nacionais em parceria com as instituições locais, são também consideradas, numa ótica de formalização do comprometimento com os domínios onde esses projetos estão previstos.

2) Desenvolver, em sede de Plano de Ação, a abordagem ao desenvolvimento urbano na sua dimensão de regeneração urbana, 3) Acompanhar as dinâmicas de evolução do subsistema urbano da sub-região e do seu papel na estruturação e desenvolvimento dos territórios envolventes e 6) Acompanhar as iniciativas municipais de intervenção na área de regeneração e revitalização urbanas e intervenções em comunidades urbanas desfavorecidas, incluindo ao nível de processos de capacitação de atores e de aprendizagem em rede

O desenvolvimento urbano é uma temática de intervenção estruturante que está vertida na EIDT “OE4. Consolidação da massa crítica urbana”, dando continuidade ao já assumido no eixo 1. “Afirmação de uma rede urbana relevante e atrativa” do PTD 2007-2013, que tem sido formalmente canalizado na definição de ARU. A região tem efetuado uma reflexão sistemática sobre a viabilidade de implementação de um projeto-

piloto de mobilização de instrumentos financeiros para a regeneração urbana, como seja a criação de um fundo de investimento imobiliário supramunicipal.

O objetivo geral da região é a estruturação de uma constelação urbana como cidade média diferenciada e integrada pela funcionalidade e complementaridade, no alcance de cidades revitalizadas, inteligentes e sustentáveis, cuja operacionalização se reconhece que terá de mobilizar as intervenções passíveis de enquadramento nas PI 4.3, 6.3, 9.1, 9.4 e 9.7 do ITI, em articulação estreita com as intervenções de regeneração urbana que os municípios vierem a desenvolver ao abrigo de outros instrumentos mobilizáveis, nomeadamente das PI 4.5, 6.5 e 9.8. Salienta-se a articulação estreita entre os objetivos latos de promoção de processos de regeneração urbana e os objetivos concretos de revitalização das cidades e do ambiente urbano, de regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais, e estruturação de intervenções integradas de mobilidade urbana sustentável.

Os desafios das cidades e principais centros urbanos do Médio Tejo são particularmente complexos diante o posicionamento de centralidade nacional e de proximidade a Lisboa, cuja capitalidade se tem afirmado, vislumbrando-se oportunidades funcionais resultantes da consolidação urbana (pela extensão da mancha metropolitana e alternativa residencial e de consumo), turística e de apoio (reforçando a atratividade empresarial e populacional, diversificando atividades económicas e capacitando-se de serviços às famílias e empresas, com efeitos de arrastamento aos territórios rurais).

A regeneração e revitalização urbanas são intervenções hoje perspetivadas de forma multidisciplinar, abarcando os usuais projetos de reabilitação de edificado ou de reabilitação do espaço público, reconversões de áreas devolutas, acrescendo iniciativas de melhoria do ambiente urbano, sustentabilidade e eficiência energética, assim como ações com vista à gestão e animação urbana, à promoção da atividade económica, à valorização dos espaços urbanos e à mobilização das comunidades locais. Estas intervenções são assumidas como instrumentos de inclusão social, que se assumem complementarmente no âmbito das futuras intervenções a delinear ao abrigo dos planos para intervenção em comunidades urbanas desfavorecidas.

A complexificação dos processos de regeneração urbana resulta da convicção de que esta iniciativa apresenta objetivos de reabilitação física, mas simultaneamente, de dinamização socioeconómica e valorização ambiental. Pressupõe-se um acompanhamento profissionalizado na implementação dos planos de ação, assim como a capacitação e pleno envolvimento dos atores para a compreensão do alcance destas intervenções e, acima de tudo, tratando-se de uma atuação que visa possuir impactos transversais na vida económica e social dos territórios onde é implementada, implica o estabelecimento de parcerias onde estão presentes atores de diversos quadrantes.

4) Acompanhar os planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal, visando o reforço da componente estratégica desses instrumentos, (...) com as perspetivas de desenvolvimento urbano preconizadas pela EIDT

A EIDT do Médio Tejo considera, na respetiva conceção, as orientações europeias, nacionais e regionais, documentos de planeamento regional (PROTOVT, CRER 2020, POR Centro), assim como o envolvimento de atores relevantes para a região. Por esta razão, esta assume um carácter orientador e enquadrador, com implicações nos restantes instrumentos de planeamento territorial intermunicipal e também, municipais, nomeadamente, nas estratégias concelhias e na revisão dos PDM.

5) Desenvolver Plano de mobilidade sustentável

O papel da mobilidade no desenvolvimento territorial está explicitado no “OE3. Promoção da coesão e da qualidade de vida”, onde se reconhece que a construção de um território coeso e inclusivo depende da capacidade da região promover as condições de mobilidade necessárias à premente aproximação do mundo rural e urbano (transportes flexíveis). A “OE4. Consolidação da massa crítica urbana” determina também que a promoção de uma mobilidade policêntrica e sustentável que permita os “diversos acessos” aos frequentadores da região é crucial à afirmação competitiva e da atratividade dos polos centrais da região. Está em curso a elaboração do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, com enfoque nas redes e serviços de transporte da região, mobilidade flexível, mobilidade suave e mobilidade urbana nos principais aglomerados urbanos. Este plano aplica-se a infraestruturas que, pela sua relevância reduzem os estrangulamentos existentes e reforçam a coesão territorial, nomeadamente no que se refere às ligações e à oferta de transporte público nas zonas de baixa densidade com os polos urbanos, para além da pretensão de, a longo prazo, requalificar infraestruturas rodoviárias degradadas e construir as ligações prioritárias para a melhoria da mobilidade e acessibilidade interna.

Valor económico e social da intervenção estratégica (para atingir os objetivos inerentes ao crescimento sustentável e inclusivo)

O valor económico e social da intervenção estratégica da EIDT MT e, conseqüentemente, do PDCT que parcialmente a operacionaliza, por via da implementação do ITI, são de significativa importância no alcance dos objetivos da região de promover um crescimento sustentável e inclusivo. Este valor económico e social poderá ser mensurado através do que a região estipulou, tendo por base as metas da Estratégia Europa 2020, os indicadores do Barómetro do Centro de Portugal, assim como as ambições específicas para o Médio Tejo para 2020.

Em termos macroeconómicos, a intervenção estratégica visa contribuir para melhorar o desempenho económico regional, promovendo a convergência para um patamar entre 90% a 95% do PIB pc nacional, com impactos na coesão social e no caminho de sustentabilidade.

No final da implementação do EIDT, o Médio Tejo deverá ter atingido, em concreto, as seguintes metas:

- Emprego: Garantir o equilíbrio na estrutura setorial do emprego pelo reforço dos postos de trabalho afetos à indústria (Médio Tejo 2005-2010 = -16,6%; Portugal = -15,4%) e pela criação de emprego nos serviços às empresas (Médio Tejo 2005-2010 = -33,7%; Portugal = 18,5%) e ao consumo (Médio Tejo 2005-2010 = -2,1%; Portugal = +1,6%);
- População residente: Travar a perda de efetivos populacionais que permita sustentar a atual dimensão de população na região (Médio Tejo 2001-2011 = -2,4%; Portugal = 2%);
- Taxa de crescimento migratório: Duplicar o saldo migratório como mecanismo para compensar os efeitos desfavoráveis do saldo natural, gerando efeitos positivos ao nível do rejuvenescimento da população e do aumento da taxa de atividade (Médio Tejo 2001-2011 = 1,1%; Portugal = 1,8%);
- Índice de dependência de jovens: Convergir para os níveis do país (Médio Tejo 2011 = 22; Portugal = 23);
- Índice de desemprego: Melhorar a resistência ao desemprego, garantindo um índice de pelo menos 90% face ao desemprego registado no País, reduzindo principalmente o desemprego jovem e o qualificado (Médio Tejo 2011 = 82, com Portugal = 100);
- % de população entre os 30 e os 34 anos deve dispor de um diploma de ensino superior: Convergir para a meta UE2020 de 40% (Médio Tejo 2011 = 31,1%);
- Beneficiários do RSI por 1000 habitantes em idade ativa: Garantir nível de cobertura convergente com o nacional (Médio Tejo 2012= 26,2 beneficiários por 1000 habitantes em 2012; Portugal = 47);
- Número de pessoas em agregados familiares sem emprego: Reduzir entre 15% e 20% o número de pessoas em agregados familiares sem emprego, com reflexos na diminuição das pessoas em risco de pobreza (Médio Tejo 2011 = 7.458);
- Contributo regional para a substituição da produção de eletricidade produzida com energia primária fóssil por energias renováveis ou menor conteúdo de emissões (variação em pontos percentuais 2002-2011): Garantir um ritmo mais acelerado que o País (Médio Tejo 2002-2011 = 19; Portugal = 25);
- Dormidas em estabelecimentos hoteleiros (variação 2002-2011): Reforçar a atratividade turística regional, mantendo ritmo de crescimento do nº de dormidas (Médio Tejo 2002-2011 = 47,5%). Nota: as metas referidas estão assumidas nos indicadores de monitorização e acompanhamento da EIDT, onde se apresentam com maior detalhe. Opta-se por apenas referir a posição do Médio Tejo, região com maior representatividade no contexto da atual realidade administrativa da CIMT uma vez que os dados da situação de partida disponíveis não permitem a apresentação de metas conjuntas

Caracterização do Projeto

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

O Plano de Ação da EIDT está estruturado em 6 programas temáticos (ou eixos), desdobrados em 23 ações. A EIDT é parcialmente operacionalizada pelo ITI que, não esgotando as apostas da estratégia, permite preparar o caminho para o futuro, pelo contributo para a concretização das ações dos programas temáticos (PT). Realizou-se um esforço de identificação dos projetos do ITI (ultrapassa-se claramente a exigência mínima de discriminação dos investimentos a contratuá-los, que atinge 84,2%), estando aqui incluídas iniciativas essencialmente regionais, embora contemple componentes de execução municipal. O PT1. Médio Tejo em constelação sustentável é um eixo que, embora encontre pontos de concretização no PDCT, nomeadamente nos equipamentos sociais, revitalização económica, eficiência energética, património ou intervenções nos territórios de baixa densidade, será alvo de uma reflexão mais integrada, no contexto de outros instrumentos que cobrem especificamente o desenvolvimento urbano e rural. O PT2. Médio Tejo verde e azul, que preconiza preocupações de sustentabilidade ambiental e valorização dos recursos, apresenta

forte materialização no PDCT, nas ações que: a) promovem o aumento da capacidade de produção de energia através de fontes renováveis e a eficiência energética, concordantemente com o previsto na PI4.3. direcionada iniciativas de transição para uma economia de baixo teor de carbono; b) apostam na resiliência dos sistemas naturais e do seu potencial de valorização económica, englobando intervenções que visam melhorar a capacidade de resposta da região a fenómenos extremos, atuando na prevenção, mitigação e recuperação. Articula-se diretamente com a PI5.2, na abordagem aos riscos específicos e catástrofes, como atuações pertinentes num território de extensas áreas florestais e património natural relevante, cujos projetos prioritários atingem um investimento para o qual a dotação indicativa disponível (POSEUR) é manifestamente insuficiente. A dotação da PI5.2 no ITI proposto, que se reconhece como expressiva, reflete esta preocupação; c) valorizam a eficiência da utilização dos recursos, no âmbito da valorização da produção agrícola por via da melhoria das condições de organização da produção. Apresenta-se, como tal, na presente proposta de ITI, uma conjugação com a medida 4 do FEADER, com dotação definida em articulação com a DRAPLVT e DRAPCENTRO. O PT3. Médio Tejo inclusivo e com qualidade de vida, internaliza diretrizes de coesão, atratividade e desenvolvimento urbano-rural, tendo correspondência no PDCT, nas ações que: a) prevêem a capacitação da rede de atores regionais para a inclusão e o empreendedorismo social, de modo a contribuir para a concretização da PI9.1. e da PI9.4.; b) ambicionam o desenvolvimento de iniciativas inovadoras de promoção de um ensino de excelência, área de eleição da região, nos diferentes níveis de ensino, coincidindo com os pressupostos imateriais da PI10.1. onde se determina o investimento na educação, na formação e na formação profissional, com enfoque no combate ao insucesso e abandono escolar alicerçado num plano integrado e inovador e, mais material da PI10.5. que prevê investimentos em infraestruturas de educação pré-escolar e ensino básico. Esta aposta prioritária reflete-se no peso significativo que a dotação destas PI assume no ITI proposto; c) propõem a qualificação da rede de equipamentos e serviços sociais e de saúde, promovendo as condições de acesso essenciais à inclusão social e à melhoria da qualidade de vida na região, tendo por base a PI9.4. e PI9.7. que identificam investimentos em serviços e equipamentos sociais e de saúde. Clarifica-se que, no caso dos sociais, opta-se por apenas incluir nesta proposta de contratualização os que são de iniciativa exclusivamente municipal (aos quais ficaria inviabilizado o financiamento fora do ITI). O PT4. Médio Tejo competitivo e empreendedor, mais orientado para a vertente empresarial, nas perspetivas da competitividade, internacionalização e inovação, enquadra-se no PDCT pelo conjunto de iniciativas associadas: a) ao desenvolvimento da rede regional de estímulo e apoio ao empreendedorismo, que engloba apoios a iniciativas inovadoras, empreendedorismo e a criação de novas empresas, nomeadamente relacionadas com novos nichos de negócio ou com forte enraizamento nos recursos endógenos, com aplicação concreta nas PI8.3. e PI8.8.; b) à estruturação de mecanismos de articulação da rede regional de formação profissional e superior, respondendo às exigências de qualificação e de competências do tecido económico. É outra área de eleição da CIMT, no quadro do previsto na PI10.1. O PT5. Médio Tejo com identidade é um eixo de intervenção estruturante para a região, que ambiciona o robustecer a imagem identitária do Médio Tejo, sustentada na projeção nacional e internacional da cultura e do seu valioso património. O veículo de eleição para percorrer este caminho é a cultura e o turismo, com ações transversalmente articuladas na PI6.3, ditadas por objetivos de valorização e promoção dos produtos históricos, culturais, religiosos, naturais e paisagísticos com elevado interesse turístico; e de capacitação dos agentes envolvidos. A importância atribuída a esta temática justifica a elevada dotação orçamental assumida pela PI6.3 no ITI proposto. Os resultados assumidos nas metas para 2023 (aumento das dormidas e dos visitantes/ano) dependem, contudo, de serem garantidos os investimentos estruturantes comprometidos nos domínios do património com classificação (mundial e nacional). Esta área contribui indiretamente para as PI8.3/8.8 relacionadas com a empregabilidade e a criação de empresas, nas diversas oportunidades de negócio que lhe estão associadas. O PT6. Médio Tejo com uma governança inovadora é o eixo que engloba o apoio a iniciativas inovadoras de gestão territorial e a modernização administrativa e promoção da eficiência nos serviços prestados aos cidadãos e empresas, em linha com a PI2.3, dirigida a estas ações. Apesar de essenciais para a concretização da EIDT, a reflexão estratégica conduziu à opção de não contratualização da PI5.1 e da PI6.1, assumindo-se a vontade de concretizar projetos nestes âmbitos com apoios fora do instrumento financeiro ITI. Outras necessidades de intervenção muito importantes para a concretização da EIDT, nas PI mobilizadas pelo ITI, estão identificadas, embora não se apresentem na presente proposta devido à insuficiente dotação ou não elegibilidade, aguardando-se novas oportunidades de financiamento.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
06.03 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;	FEDER	PT5. Médio Tejo com identidade/ Afirmação Territorial do Médio Tejo	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	45000,00	75000,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,00	0,00	5 005 000,00€
08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;	FSE	PT4. Médio Tejo competitivo e empreendedo r/ Desenvolvimento da Rede Regional de estímulo e apoio ao empreendedo rismo	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	75,00	125,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	0,00	50,00	2 000 000,00€
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a inclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	PT6. Médio Tejo com uma governança inovadora/ Modernização administrativa / Médio Tejo Online 2020	Serviços da Administração Pública apoiados	2,00	6,00	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	0,00	65,00	2 050 000,00€

02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	PT6. Médio Tejo com uma governança inovadora/ Apoio a iniciativas inovadoras de gestão territorial/MT-Desenvolvimento Territorial Estratégico	Serviços da Administração Pública apoiados	2,00	6,00	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	0,00	65,00	1 300 000,00€
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	PT2. Médio Tejo Verde Azul/ Promoção da eficiência energética/ Eficiência energética nos edifícios públicos	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	696777,00	3483885,00	Consumo de energia primária na administração regional e local	0,00	0,00	1 444 537,85€
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	PT2. Médio Tejo Verde Azul/ Promoção da eficiência energética/ Eficiência energética na iluminação pública	Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública	1450685,00	7253427,00	Consumo de energia primária na administração regional e local	0,00	0,00	2 500 000,00€

05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	PT2. Médio Tejo Verde Azul/Aumento da resiliência dos sistemas naturais e do seu potencial de valorização económica/Sistemas de informação, planeamento, monitorização e comunicação	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	637 500,00€
09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	FEDER	PT3-Médio Tejo inclusivo e com qualidade de vida / Qualificação da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais e de Saúde / Saúde	Equipamentos sociais e de saúde apoiados	1,00	4,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	1 450 100,00€
10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;	FEDER	PT3-Médio Tejo inclusivo e com qualidade de vida/Iniciativas Inovadoras de Promoção de um Ensino de Excelência / Edifícios Escolares	Capacidade e das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	4603,00	6137,00	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	0,00	37,00	13 658 000,00€

08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	FEDER	PT4. Médio Tejo competitivo e empreendedor/ Desenvolvimento da Rede Regional de estímulo e apoio ao empreendedorismo	Empresas que beneficiam de apoio	14,00	23,00	Postos de trabalho criados	0,00	32,00	1 700 000,00€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	PT3. Médio Tejo inclusivo e com qualidade de vida/ Capacitação da rede de atores regionais para a inclusão e o empreendedorismo social/ Fruição cultural e inclusão para todos	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	1 713 937,45€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	PT3. Médio Tejo inclusivo e com qualidade de vida/ Capacitação da rede de atores regionais para a inclusão e o empreendedorismo social/ Plataforma regional de parceria para a inovação social	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	2 507 397,30€

09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	PT3-Médio Tejo inclusivo e com qualidade de vida/Capacitação da Rede de Atores Regionais para a Inclusão e o Empreendedorismo Social / Envelhecimento Ativo no Médio Tejo	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	2 186 564,75€
10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	FSE	PT3-Médio Tejo inclusivo e com qualidade de vida/Iniciativas Inovadoras de Promoção de um Ensino de Excelência / Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	1,00	1,00	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado	0,00	60,00	8 925 000,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	PT2-Médio Tejo verde e azul / Aumento da Resiliência dos Sistemas Naturais e do seu Potencial de Valorização Económica / Regadios Tradicionais, Segurança de Barragens, Drenagem e Estruturação Fundiária	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	1 473 900,00€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	PT3-Médio Tejo inclusivo e com qualidade de vida/Capacitação da Rede de Atores Regionais para a Inclusão e o Empreendedorismo Social /Plataforma regional de parceria para a inovação social	Projetos de inovação e experimentação apoiados	1,00	5,00				0,00€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	PT3-Médio Tejo inclusivo e com qualidade de vida/Capacitação da Rede de Atores Regionais para a Inclusão e o Empreendedorismo Social /Plataforma regional de parceria para a inovação social				Projetos de inovação e experimentação social promovidos e que permanecem em funcionamento após 6 meses	1,00	3,00	0,00€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	PT3-Médio Tejo inclusivo e com qualidade de vida/Capacitação da Rede de Atores Regionais para a Inclusão e o Empreendedorismo Social /Fruição cultural e inclusão para todos	Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura	76,00	202,00				0,00€

09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	PT3-Médio Tejo inclusivo e com qualidade de vida/Capacitação da Rede de Atores Regionais para a Inclusão e o Empreendedorismo Social /Fruição cultural e inclusão para todos				Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura	70,00	90,00	0,00€
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	PT3-Médio Tejo inclusivo e com qualidade de vida/Capacitação da Rede de Atores Regionais para a Inclusão e o Empreendedorismo Social / Envelhecimento Ativo no Médio Tejo	Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	5,00	12,00				0,00€
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	PT3-Médio Tejo inclusivo e com qualidade de vida/Capacitação da Rede de Atores Regionais para a Inclusão e o Empreendedorismo Social / Envelhecimento Ativo no Médio Tejo				Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	70,00	90,00	0,00€

05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	PT2. Médio Tejo Verde Azul/Aumento da resiliência dos sistemas naturais e do seu potencial de valorização económica				Entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	14,00	14,00	0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	PT2. Médio Tejo Verde Azul/Aumento da resiliência dos sistemas naturais e do seu potencial de valorização económica	Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados	1,00	1,00				0,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	PT2-Médio Tejo verde e azul / Aumento da Resiliência dos Sistemas Naturais e do seu Potencial de Valorização Económica / Regadios Tradicionais, Segurança de Barragens, Drenagem e Estruturação Fundiária	Segurança Barragens	1,00	1,00				0,00€

03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	PT2-Médio Tejo verde e azul / Aumento da Resiliência dos Sistemas Naturais e do seu Potencial de Valorização Económica / Regadios Tradicionais, Segurança de Barragens, Drenagem e Estruturação Fundiária	Regadios Tradicionais	113,00	141,00				0,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	PT2-Médio Tejo verde e azul / Aumento da Resiliência dos Sistemas Naturais e do seu Potencial de Valorização Económica / Regadios Tradicionais, Segurança de Barragens, Drenagem e Estruturação Fundiária	Estruturação Fundiária	1,00	1,00				0,00€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEDER	29 107 637,85€
FSE	17 332 899,50€
FC	637 500,00€
FEADER	1 473 900,00€
Total	48 551 937,35€

Realização

Síntese das principais realizações, incluindo mecanismos de recolha de dados para cálculo dos indicadores

Os objetivos assumidos nos indicadores de realização e resultado têm como referência os indicadores sugeridos nos PO financiadores das PI mobilizadas, seguindo a respetiva metodologia de cálculo, que se aplica ao caso do Médio Tejo de acordo com a especificidade de cada indicador (considerando o ponto de partida do Médio Tejo e o objetivo do Centro; e/ou a sensibilidade do indicador ao montante de fundo que se pretende mobilizar).

As PI6.3, 10.1, 10.5 e 5.2 constituem áreas de aposta no ITI proposto. As metas fixadas são ambiciosas no seu contributo para os objetivos do Portugal 2020:

- PI6.3: indicador de realização apresenta objetivos ambiciosos de aumento dos visitantes/ano, assumindo métricas de impactos semelhantes às do Centro (a comprovarem-se as expectativas de recuperação económica futuras), como possibilitado pelo montante de fundo que se pretende mobilizar. O indicador de resultado (dormidas) estabelece uma meta também ambiciosa, contribuindo em 19% para o objetivo de 2023 do Centro;

- PI10.1 e PI10.5: a implementação do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar deverá permitir superar o objetivo da região Centro no indicador de resultado “% de escolas abrangidas por projetos específicos nesta área”;

- PI5.2: os 3 equipamentos para os bombeiros municipais de Tomar, Alcanena e Sardoal permitem estabelecer um objetivo de cobertura de 58.484 pessoas em 2023 (INE, 2011). A recolha de informação quanto ao seu grau de execução será assegurada pela Equipa da CIMT.

No caso dos indicadores complementares definidos para as PI9.1 e PI9.4, clarifica-se a sua metodologia:

- PI9.1: indicador de realização “nº de iniciativas de promoção da inclusão social” e de resultado “nº de participantes nas iniciativas de promoção e inclusão social por ano” definem-se no quadro das intervenções a desenvolver no âmbito da tipologia “Cultura para Todos” (POISE). Assume-se a realização de 1 iniciativa/ano, durante 6 anos, em 12 Municípios, com 15 participantes (de acordo com o público-alvo a definir) por iniciativa, e meta intermédia de 50%;

- PI9.1: indicador de resultado “projetos de inovação e experimentação social promovidos que permanecem em funcionamento após 6 meses” estabelece-se a partir do indicador do PORC “projetos de inovação e experimentação social apoiados”. Assume-se que 60% dos projetos apoiados se mantêm em funcionamento após 6 meses;

- PI9.4: indicador de realização “nº de ações de promoção do envelhecimento ativo realizadas” e de resultado “nº de participantes em ações de promoção do envelhecimento ativo realizadas” definem-se no âmbito de intervenções da tipologia “Idade+”. Assume-se a realização de 1 ação/ano, durante 6 anos, em 12 municípios, com participação de 10 idosos/ação e meta intermédia de 50%.

- PI9.7: indicador de resultado “população coberta pelos equipamentos de saúde e sociais intervencionados” usa métrica de cobertura de 50% da população nos equip. saúde de Tomar, Torres Novas, Sertã, Abrantes e Constância e de 30% para os 2 de Mação; nos sociais, usa-se a população dos concelhos de Alcanena, Mação e Vila Rei.

Para os indicadores complementares (PI9.1 e PI9.4), assume-se que o Sistema de informação e controlo será garantido através de SI próprio da Comissão Organizadora das ações (com correspondência com o SI da CIM e dos PO).

Caracterização do Pacto

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegurem a prossecução do Pacto com eficácia e eficiência, incluindo descrição da equipa técnica

A execução do PDCT por via do ITI beneficia do modelo de governação integrado da EIDT do Médio Tejo, uma condição-chave à prossecução eficaz e eficiente da estratégia regional, modelo este aprovado e legitimado pelos stakeholders relevantes para a região e apoiado por uma estrutura consultiva e técnica experiente.

O modelo de governação da EIDT e a garantia de implementação de mecanismos de representatividade dos atores regionais com intervenção complementar na condução da estratégia regional, entre os quais os envolvidos de forma particular neste Pacto, ganharam relevância formal através da constituição de um Órgão Estratégico de promoção da articulação e desenvolvimento intermunicipal: CEDI - Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal. Foram introduzidos mecanismos expeditos de operacionalização das intervenções a realizar e de articulação executiva entre os atores da região, através de um Órgão Executivo de Gestão e Governação: CA - Comissão de Acompanhamento, que é tecnicamente suportado por um Secretariado de Apoio Técnico.

As especificidades do ITI do Médio Tejo em termos da sua definição, execução e monitorização estão incorporadas na agenda ordinária da estrutura de governação do Médio Tejo para 2014-2020. O seu acompanhamento e monitorização globais estão integrados nos temas alvo de debate estratégico pelo CEDI, ficando a sua operacionalização, coordenação executiva e controlo suportada na CA e no Secretariado de Apoio Técnico. É de destacar o papel central dos Grupos de Trabalho Setoriais, definidos no quadro da CM, pelo seu carácter operacional e mobilizador das competências e vocações setoriais das entidades com mais expressiva capacidade interventiva na região.

No quadro dos órgãos que compõem a estrutura de governação do Médio Tejo para o período 2014-2020, o ITI beneficia dos respetivos contributos aplicados:

- no âmbito do CEDI, que funciona como órgão consultivo estratégico, formado por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais, são obtidos contributos sobretudo relevantes para a definição global de prioridades de intervenção e para a mobilização de competências e parceiros;

- no âmbito da CA, que funciona como órgão de natureza operacional constituído por 6 representantes relevantes da região (IPT, NERSANT, Tagusvalley, Centro de Inovação e Competências da Floresta, ADIRN em representação dos GAL, e União Distrital das IPSS), são asseguradas a execução, coordenação e controlo dos mecanismos de acompanhamento e monitorização do ITI, onde assume relevância particular a coordenação garantida pelo Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMT, dos grupos de trabalho setoriais (GTS) criados. As reuniões dos GTS que têm vindo a ser realizadas, ao abrigo do programa de trabalhos assumido, traduzem uma operacionalização do Modelo de Governação da Região Médio Tejo com contributos específicos determinantes para a estruturação dos principais projetos e parcerias constantes do ITI do Médio Tejo;

- no âmbito do Secretariado de Apoio Técnico, a sua função de órgão de apoio técnico à governação integrada do território, estruturado a partir do secretariado técnico e estrutura de recursos humanos da CIM, permitiu reforçar, à luz do que tinha sido concetualmente definido (com base na estrutura de recursos humanos e materiais da CIMT, constituída por 25 recursos técnicos que se distribuem por 11 unidades orgânicas), especificidades técnicas inerentes às temáticas de intervenção dos diferentes GTS, em complemento das competências asseguradas pelo corpo técnico das entidades que os integram. Saliente-se, em particular, que nesta etapa de definição do ITI, os GTS reuniram intensivamente e discutiram sobre os grandes temas previstos no PDCT e o respetivo enquadramento nas prioridades elegíveis no ITI que o operacionaliza – modernização administrativa; sustentabilidade e eficiência dos recursos; empreendedorismo e empregabilidade; inclusão social, educação e saúde e baixa densidade. A proposta ITI do Médio Tejo que se apresenta para concretizar a intervenção estratégica na região, está enquadrada pelas recomendações estratégicas emitidas pelo CEDI.

Destaque para o papel determinante da CIMT, na coordenação da governação do território, e também para o papel de dinamizador e facilitador, que desempenha na coordenação da Comissão de Acompanhamento e dos GTS, assegurando a organização operacional e a articulação dos vários projetos assumidos como estruturantes pelo CEDI e articulando as zonas de fronteira entre o âmbito dos grupos de trabalho setoriais criados.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação

O modelo de governação da EIDT prevê mecanismos de acompanhamento e avaliação nas diferentes etapas da sua implementação, entre os quais do PDCT no figurino do ITI, beneficiando de uma estrutura capaz de se adaptar aos desafios colocados pelas temáticas e instrumentos de operacionalização do programa de ação.

O papel de dinamizador e facilitador da CIMT concedeu-lhe a competência de agilizar um acompanhamento eficaz e eficiente monitorização da implementação da EIDT, materializado nas funções e atividades regulares dos diversos órgãos.

Quadro de aplicação ao ITI das competências dos órgãos do modelo de governação da EIDT do Médio Tejo - modelo de acompanhamento e monitorização

No quadro da implementação em curso do modelo de governação da EIDT, destaca-se o contexto específico de articulação com o ITI, que se identifica ao nível das competências dos diferentes órgãos que o compõem:

1. CEDI - Para além da representação institucional da CIMT, assegurada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, integram este órgão cerca de 40 entidades públicas, privadas e associativas, com relevância e intervenção nos interesses intermunicipais. Estão previstas reuniões ordinárias duas vezes por ano, conjugadas com reuniões extraordinárias, no quadro das quais serão fornecidas ordinariamente (e extraordinariamente, se necessário), informações sobre o ritmo e dinâmica de execução do ITI, de suporte à capacidade de análise de coerência estratégia por este órgão. Do conjunto das competências atribuídas ao CEDI, a monitorização do ITI beneficiará, em particular:

-da orientação do CEDI ao ser chamado a “pronunciar-se sobre a coerência estratégica das intervenções de base territorial e articulação das diferentes entidades envolvidas na implementação do Plano de Ação Regional (PAR)”;

-da função do CEDI no “Acompanhar a execução global do PAR, avaliando o seu grau de convergência com os objetivos inicialmente estabelecidos e efetuando sugestões e recomendações sobre a estratégia de desenvolvimento, constituindo-se como um espaço de reflexão sobre as dinâmicas e as estratégias para o desenvolvimento integrado do Médio Tejo”;

-da orientação do CEDI ao ser chamado a “pronunciar-se sobre os assuntos de maior relevância económica, social e cultural do território”;

-da orientação do CEDI ao ser chamado a “Propor às entidades e serviços competentes as iniciativas que entender adequadas à resolução de problemas detetados e à promoção do desenvolvimento regional”.

2. CA - Com coordenação do Secretariado Executivo Intermunicipal, este órgão é flexível na sua constituição, antecipando a eventual necessidade de complementar, permanente ou temporariamente, a sua estrutura nuclear (composta por 6 entidades: IPT, NERSANT, TAGUSVALLEY, Centro de Inovação e Competências da Floresta, ADIRN como representante dos GAL e União Distrital das IPSS), com a participação de outras entidades que permitam dar resposta a desafios que se venham a revelar pertinentes, nomeadamente, no contexto da execução do ITI e de projetos específicos que, pela sua transversalidade ou especificidade, assim o exijam.

Estão previstas reuniões com periodicidade bimestral e eventuais reuniões extraordinárias, onde serão abordados os níveis de execução do ITI e os mecanismos aplicáveis à sua operacionalização on-going. No quadro das competências da CA, destacam-se as que possuem articulação concreta com o quadro de definição e de posterior implementação do ITI da região:

-Pronunciar-se sobre a execução, coordenação e controlo dos mecanismos de acompanhamento e monitorização das intervenções de base territorial, definidos na EIDT do Médio Tejo;

-Promover mecanismos expeditos de articulação executiva entre os diversos atores da região para operacionalização das intervenções de base territorial;

-Coordenar a atividade dos GTS.

3. Foram constituídos 5 GTS, em temáticas de intervenção prioritárias na região, no quadro dos quais se desenvolvem discussões operativas quanto à definição e modelo de implementação do PDCT e, em particular, do do ITI: Observatório da Mobilidade; Turismo, Cultura e Património; Ordenamento do Território, Floresta e Proteção Civil; Empreendedorismo, Desenvolvimento Económico e Competitividade; Educação e Formação. Para cada um destes GTS estão definidos os seus objetivos e a composição do respetivo núcleo permanente, realizando-se reuniões temáticas para a realização de balanços e resolução de bloqueios. Perante deliberação do CEDI poderão ser identificados outros temas para discussão, o que poderá conduzir à constituição de GTS específicos.

Mecanismos de acompanhamento e monitorização

As competências de acompanhamento e monitorização da EIDT são assumidas pelo CEDI que deve “pronunciar-se sobre a coerência estratégica das intervenções de base territorial e articulação das diferentes entidades envolvidas na implementação do PAR” e “acompanhar a execução global do PAR, avaliando o seu grau de convergência com os objetivos inicialmente estabelecidos e efetuando sugestões e recomendações sobre a estratégia de desenvolvimento integrado do Médio Tejo”. A deliberação é feita após reflexão sobre as dinâmicas de execução da estratégia, que pode ser apoiada por uma estrutura de avaliação setorial independente, atempadamente identificada, que reúne factos objetivos e os contributos dos órgãos operacionais.

A concretização destas competências será suportada num sistema de monitorização e avaliação da EIDT do

Médio Tejo, baseado no sistema de indicadores, estipulados de acordo com os objetivos do Portugal 2020 e garantindo a articulação territorial de competências municipais, intermunicipais e nacionais. Este sistema é transversal e abrange o acompanhamento e a monitorização do ITI da região, prevendo:

-a produção de relatórios anuais de monitorização da EIDT com análise da evolução da região do ponto de vista da concretização dos objetivos fixados na estratégia e dos avanços em matéria de concretização do PAR;

-a apresentação dos relatórios anuais de monitorização da EIDT em reunião ordinária do CEDI, garantindo informação técnica a este órgão.

Globalmente, este sistema deverá permitir ao CEDI analisar a evolução da região e a convergência com os objetivos estabelecidos, permitindo, por sua vez, fazer recomendações de atuação estratégica à CA que, nessa sequência, estrutura respostas operativas e mecanismos de ajuste/adaptação, nos GTS e nos diversos instrumentos que compõem a abordagem territorial integrada da região, incluindo o ITI. Está assegurada também a compatibilização com o sistema de gestão do PO.

Saliente-se que a equipa das CIM participarão, por deliberação da AG do POR Centro, na elaboração dos processos de verificação no local, tanto na Contratualização como nas operações dos RE da reabilitação urbana e da rede escolar. Este reforço de competências permitirá à CIMT garantir também a articulação entre iniciativas que se desejam integradas, embora financiadas por instrumentos diferentes.

Envolvimento e responsabilidades dos parceiros

O processo de construção da EIDT do Médio Tejo internalizou, desde o seu início, objetivos de implicação dos cidadãos no diagnóstico do território se confronta, e de garantia da implementação de mecanismos participados na proposta e decisão sobre a estratégia de crescimento e de soluções operacionais. Corresponsabilização de atores, públicos e privados, é também um fator crítico de sucesso destas estratégias e da correspondente capacidade de concretização de projetos de intervenção. De facto, reconhece-se que a prossecução de uma estratégia de desenvolvimento pressupõe não só um compromisso de médio e longo prazo em torno de uma visão de futuro e de um plano de ação, mas também de um processo de participação social e de uma gestão e governação transparente, clara sobre as diferentes responsabilidades, funções de gestão, recursos a mobilizar e resultados a alcançar e partilhada pelos diferentes stakeholders, em função da repartição dos custos e benefícios.

Estes fatores – participação, envolvimento e responsabilização - determinam, em grande medida, o sucesso dos projetos de investimento. Se o envolvimento dos atores relevantes da região na fase de conceção e proposição de ideias, prioridades e projetos é fundamental, mais pertinente se torna nas fases de execução, gestão, monitorização e implementação de ações onde o know-how é decisivo.

A construção da EIDT do Médio Tejo deu origem a um modelo de governação e a um sistema de implementação do Plano de Ação que internaliza, organicamente, sistemas de atuação em regime de parceria.

No CEDI e na CA estão representados, para além dos órgãos de representação institucional da CIM e dos Municípios, entidades ligadas às prioridades das diversas fases de planeamento e execução.

Os Grupos de Trabalho Setoriais (GTS) dão continuidade, em termos temáticos, à mobilização de entidades com tutelas e competências complementares, num mecanismo de atuação sistémica, mobilizadora de contributos e orientada para produção de resultados, que são dinamizadas com regularidade e chamadas a refletir e a atuar sobre as grandes temáticas de intervenção definidas no ITI e em outros instrumentos de política pública. A diversidade e complementaridade das entidades que compõem o núcleo permanente dos GTS criados comprovam esta preocupação de complementaridade e representatividade. O carácter operacional exigido ao funcionamento destes GTS implica, necessariamente, a aplicação de princípios de organização, gestão de redes e de acesso e partilha de informação entre os diversos parceiros, incluindo a articulação geral com o sistema de gestão do PO, que serão adaptados às especificidades dos diversos projetos, a partir das plataformas digitais de monitorização e acompanhamento de projetos já existentes e a desenvolver pela CIM Médio Tejo e respetivos parceiros.

As próprias parcerias nucleares que se afirmam no Plano de Ação salientam a aplicação de princípios privilegiados de atuação em parceria. De tal forma que 6 entidades assumiram, em conjunto com a CIMT e os seus municípios, o protagonismo na mobilização e conjugação de esforços com vista à prossecução dos objetivos fixados na EIDT do Médio Tejo, entre elas, o IP Tomar, o NERSANT; a TAGUSVALLEY; o Centro de Inovação e Competências da Floresta; a ADIRN (representante dos GAL); e a União Distrital das IPSS. Os esforços de atuação destas entidades são aplicados em função das respetivas competências e do perfil das próprias intervenções em causa, pelo que serão eventualmente reforçadas através de outras parcerias estratégicas.

No quadro destas parcerias firmadas, salienta-se o carácter integrador da estratégia desenvolvida, no contexto de um desenvolvimento regional completo e integrador das estratégias de desenvolvimento rural e urbano.

Este princípio é fixado em termos estratégicos e encontra reflexos concretos, em termos orgânicos, no modelo de governação implementado. Note-se que os GAL com intervenção no território do Médio Tejo têm presença nos órgãos que constituem o modelo de governação definido (CEDI e CA), pelo que estão criadas as condições institucionais favoráveis para garantir um quadro eficaz de articulação entre as intervenções que vierem a ser levadas a cabo pelos GAL (no contexto das DLBC) e as intervenções da CIM, dos municípios e das outras entidades envolvidas na operacionalização dos diversos projetos. Esta eficácia recomenda que se estabeleça um conjunto de intervenções em que estas entidades, parceiras na concretização dos resultados fixados para o território, definem intervenções complementares entre si, em torno de um projeto concreto. Princípios de integração das intervenções presidem a esta ambição.

Classificação dos Investimentos

Quadro de Investimentos

P.I.	Designação do Investimento	NIF Promotor	Promotor Nome	Valor Invest. Total	Ano Início	Concelho	% Imp.
02.03	Médio Tejo Online 2020 - Serviços Online - Novas Funcionalidades	502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	425 000,00€	2016		100,00
02.03	Médio Tejo Online 2020 - Reestruturação das Infraestruturas Tecnológicas	502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	425 000,00€	2015		100,00
02.03	Médio Tejo Online 2020 - Desmaterialização, Reengenharia de Processos e Arquivo Digital	502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	1 200 000,00€	2015		100,00
02.03	Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial Estratégico - Plano de Ação e Gestão das Infraestruturas	502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	380 000,00€	2016		100,00
02.03	Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial Estratégico - Serviços de Gestão Territorial - Novas funcionalidades	502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	500 000,00€	2016		100,00
02.03	Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial Estratégico - Reestruturação das Infraestruturas Tecnológicas	502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	420 000,00€	2015		100,00
04.03	Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Piscina de Alcanena	500745773	MUNICÍPIO DE ALCANENA	200 000,00€	2016	Alcanena	100,00
04.03	Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Piscina Municipal	506826546	MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA	48 212,50€	2016	Constância	100,00
04.03	Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Edifício de Serviços	501216839	MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ZEZERE	78 072,50€	2016	Ferreira do Zêzere	100,00
04.03	Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Piscina Ourém	501280740	MUNICÍPIO DE OUREM	200 000,00€	2016	Ourém	100,00
04.03	Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Piscina Municipal	501181857	MUNICÍPIO DE SARDOAL	81 225,00€	2016	Sardoal	100,00
04.03	Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Complexo Desportivo	506738914	MUNICÍPIO DE TOMAR	200 000,00€	2016	Tomar	100,00
04.03	Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Piscina Municipal Coberta	506814343	MUNICÍPIO DE MAÇÃO	200 000,00€	2016	Mação	100,00
04.03	Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Piscina Municipal	506608972	MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS	200 000,00€	2016	Torres Novas	100,00
04.03	Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Piscina Municipal	506932273	MUNICÍPIO DE VILA DE REI	132 594,35€	2016	Vila de Rei	100,00

04.03	Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Piscina Zêzere	506899250	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA	104 433,50€	2016	Vila Nova da Barquinha	100,00
04.03	Eficiência Energética na Iluminação Pública	502661038	MUNICIPIO DE ABRANTES	286 981,10€	2016	Abrantes	100,00
04.03	Eficiência Energética na Iluminação Pública	500745773	MUNICIPIO DE ALCANENA	124 489,19€	2016	Alcanena	100,00
04.03	Eficiência Energética na Iluminação Pública	506826546	MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA	62 060,57€	2016	Constância	100,00
04.03	Eficiência Energética na Iluminação Pública	501120149	MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO	399 782,04€	2016	Entroncamento	100,00
04.03	Eficiência Energética na Iluminação Pública	501216839	MUNICIPIO DE FERREIRA DO ZEZERE	138 321,63€	2016	Ferreira do Zêzere	100,00
04.03	Eficiência Energética na Iluminação Pública	506814343	MUNICÍPIO DE MAÇÃO	130 370,15€	2016	Mação	100,00
04.03	Eficiência Energética na Iluminação Pública	501280740	MUNICIPIO DE OUREM	406 200,99€	2016	Ourém	100,00
04.03	Eficiência Energética na Iluminação Pública	501181857	MUNICIPIO DE SARDOAL	63 348,11€	2016	Sardoal	100,00
04.03	Eficiência Energética na Iluminação Pública	506963837	MUNICÍPIO DA SERTÃ	228 884,89€	2016	Sertã	100,00
04.03	Eficiência Energética na Iluminação Pública	506738914	MUNICÍPIO DE TOMAR	250 929,79€	2016	Tomar	100,00
04.03	Eficiência Energética na Iluminação Pública	506608972	MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS	255 766,79€	2016	Torres Novas	100,00
04.03	Eficiência Energética na Iluminação Pública	506932273	MUNICÍPIO DE VILA DE REI	81 460,77€	2016	Vila de Rei	100,00
04.03	Eficiência Energética na Iluminação Pública	506899250	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA	71 403,98€	2016	Vila Nova da Barquinha	100,00
05.02	Sistema de Informação, Planeamento, Monitorização e Comunicação - Sistema de Videovigilância para Incêndios	502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	570 257,01€	2016		100,00
06.03	Afirmação Territorial do Médio Tejo - Rotas e Percursos- Levantamento, Estudo e Ações de Promoção e Dinamização	502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	82 859,47€	2015		100,00
06.03	Afirmação Territorial do Médio Tejo - Rotas e Percursos- Implementação	502661038	MUNICIPIO DE ABRANTES	226 698,18€	2016	Abrantes	100,00
06.03	Afirmação Territorial do Médio Tejo - Rotas e Percursos- Implementação	500745773	MUNICIPIO DE ALCANENA	125 636,12€	2016	Alcanena	100,00
06.03	Afirmação Territorial do Médio Tejo - Rotas e Percursos- Implementação	506826546	MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA	101 336,36€	2016	Constância	100,00

06.03	Afirmação Territorial do Médio Tejo - Rotas e Percursos-Implementação	501120149	MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO	101 710,20€	2016	Entroncamento	100,00
06.03	Afirmação Territorial do Médio Tejo - Rotas e Percursos-Implementação	501216839	MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ZEZERE	124 888,44€	2016	Ferreira do Zêzere	100,00
06.03	Afirmação Territorial do Médio Tejo - Rotas e Percursos-Implementação	506814343	MUNICÍPIO DE MAÇÃO	147 568,21€	2016	Mação	100,00
06.03	Afirmação Territorial do Médio Tejo - Rotas e Percursos-Implementação	501280740	MUNICÍPIO DE OUREM	225 576,65€	2016	Ourém	100,00
06.03	Afirmação Territorial do Médio Tejo - Rotas e Percursos-Implementação	501181857	MUNICÍPIO DE SARDOAL	105 324,01€	2016	Sardoal	100,00
06.03	Afirmação Territorial do Médio Tejo - Rotas e Percursos-Implementação	506963837	MUNICÍPIO DA SERTÁ	171 618,73€	2016	Sertã	100,00
06.03	Afirmação Territorial do Médio Tejo - Rotas e Percursos-Implementação	506738914	MUNICÍPIO DE TOMAR	194 547,74€	2016	Tomar	100,00
06.03	Afirmação Territorial do Médio Tejo - Rotas e Percursos-Implementação	506608972	MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS	183 207,85€	2016	Torres Novas	100,00
06.03	Afirmação Territorial do Médio Tejo - Rotas e Percursos-Implementação	506932273	MUNICÍPIO DE VILA DE REI	109 187,05€	2016	Vila de Rei	100,00
06.03	Afirmação Territorial do Médio Tejo - Rotas e Percursos-Implementação	506899250	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA	99 840,99€	2016	Vila Nova da Barquinha	100,00
09.01	Fruição Cultural e Inclusão para Todos - Despertar Hábitos de Fruição Cultural	502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	723 602,45€	2016		100,00
09.01	Fruição Cultural e Inclusão para Todos - Cultura como Veículo de Integração e Inclusão Social de Pessoas e Grupos Desfavorecidos e/ou Marginalizados	502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	990 335,00€	2016		100,00
09.04	Envelhecimento Ativo no Médio Tejo - Programa de Combate ao Isolamento Senior e de Promoção do Envelhecimento Ativo	502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	1 649 425,00€	2016		100,00
09.04	Envelhecimento Ativo no Médio Tejo - Teleassistência como Suporte da Autonomia, Independência e Melhoria dos Níveis de Bem Estar Físico e Mental dos Idosos	502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	337 139,75€	2016		100,00

10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Planos Estratégicos Multinível (PEDIME)	502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	255 000,00€	2015		100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Planos Estratégicos Multinível - Planos de Desenvolvimento Educativo Municipal, Projetos Educativos Municipais e Projetos Educativos de Escolas	502661038	MUNICIPIO DE ABRANTES	40 484,83€	2015	Abrantes	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Planos Estratégicos Multinível - Planos de Desenvolvimento Educativo Municipal, Projetos Educativos Municipais e Projetos Educativos de Escolas	500745773	MUNICIPIO DE ALCANENA	19 815,48€	2016	Alcanena	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Planos Estratégicos Multinível - Planos de Desenvolvimento Educativo Municipal, Projetos Educativos Municipais e Projetos Educativos de Escolas	506826546	MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA	12 781,65€	2016	Constância	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Planos Estratégicos Multinível - Planos de Desenvolvimento Educativo Municipal, Projetos Educativos Municipais e Projetos Educativos de Escolas	501120149	MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO	31 421,02€	2016	Entroncamento	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Planos Estratégicos Multinível - Planos de Desenvolvimento Educativo Municipal, Projetos Educativos Municipais e Projetos Educativos de Escolas	501216839	MUNICIPIO DE FERREIRA DO ZEZERE	15 209,65€	2016	Ferreira do Zêzere	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Planos Estratégicos Multinível - Planos de Desenvolvimento Educativo Municipal, Projetos Educativos Municipais e Projetos Educativos de Escolas	501280740	MUNICIPIO DE OUREM	57 583,24€	2016	Ourém	100,00

10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Planos Estratégicos Multinível - Planos de Desenvolvimento Educativo Municipal, Projetos Educativos Municipais e Projetos Educativos de Escolas	501181857	MUNICÍPIO DE SARDOAL	12 377,92€	2016	Sardoal	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Planos Estratégicos Multinível - Planos de Desenvolvimento Educativo Municipal, Projetos Educativos Municipais e Projetos Educativos de Escolas	506963837	MUNICÍPIO DA SERTÃ	22 886,03€	2016	Sertã	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Planos Estratégicos Multinível - Planos de Desenvolvimento Educativo Municipal, Projetos Educativos Municipais e Projetos Educativos de Escolas	506738914	MUNICÍPIO DE TOMAR	46 915,93€	2016	Tomar	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Planos Estratégicos Multinível - Planos de Desenvolvimento Educativo Municipal, Projetos Educativos Municipais e Projetos Educativos de Escolas	506608972	MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS	40 780,51€	2016	Torres Novas	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Planos Estratégicos Multinível - Planos de Desenvolvimento Educativo Municipal, Projetos Educativos Municipais e Projetos Educativos de Escolas	506932273	MUNICÍPIO DE VILA DE REI	11 439,70€	2016	Vila de Rei	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Planos Estratégicos Multinível - Planos de Desenvolvimento Educativo Municipal, Projetos Educativos Municipais e Projetos Educativos de Escolas	506899250	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA	14 788,88€	2016	Vila Nova da Barquinha	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Rede Colaborativa de Escolas	502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	42 500,00€	2017		100,00

10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Intervenção Precoce, Redução do Abandono Escolar e Promoção do Sucesso Educativo, enquadradas no PEDIME	502661038	MUNICIPIO DE ABRANTES	253 030,18€	2017	Abrantes	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Intervenção Precoce, Redução do Abandono Escolar e Promoção do Sucesso Educativo, enquadradas no PEDIME	500745773	MUNICIPIO DE ALCANENA	123 846,74€	2017	Alcanena	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Intervenção Precoce, Redução do Abandono Escolar e Promoção do Sucesso Educativo, enquadradas no PEDIME	506826546	MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA	79 885,28€	2017	Constância	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Intervenção Precoce, Redução do Abandono Escolar e Promoção do Sucesso Educativo, enquadradas no PEDIME	501120149	MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO	196 381,38€	2017	Entroncamento	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Intervenção Precoce, Redução do Abandono Escolar e Promoção do Sucesso Educativo, enquadradas no PEDIME	501216839	MUNICIPIO DE FERREIRA DO ZEZERE	95 060,34€	2017	Ferreira do Zêzere	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Intervenção Precoce, Redução do Abandono Escolar e Promoção do Sucesso Educativo, enquadradas no PEDIME	506814343	MUNICÍPIO DE MAÇÃO	84 469,78€	2017	Mação	100,00

10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Intervenção Precoce, Redução do Abandono Escolar e Promoção do Sucesso Educativo, enquadradas no PEDIME	501280740	MUNICIPIO DE OUREM	359 895,28€	2017	Ourém	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Intervenção Precoce, Redução do Abandono Escolar e Promoção do Sucesso Educativo, enquadradas no PEDIME	501181857	MUNICIPIO DE SARDOAL	77 362,03€	2017	Sardoal	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Intervenção Precoce, Redução do Abandono Escolar e Promoção do Sucesso Educativo, enquadradas no PEDIME	506963837	MUNICÍPIO DA SERTÃ	143 037,68€	2017	Sertã	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Intervenção Precoce, Redução do Abandono Escolar e Promoção do Sucesso Educativo, enquadradas no PEDIME	506738914	MUNICÍPIO DE TOMAR	293 224,54€	2017	Tomar	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Intervenção Precoce, Redução do Abandono Escolar e Promoção do Sucesso Educativo, enquadradas no PEDIME	506608972	MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS	254 878,20€	2017	Torres Novas	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Intervenção Precoce, Redução do Abandono Escolar e Promoção do Sucesso Educativo, enquadradas no PEDIME	506932273	MUNICÍPIO DE VILA DE REI	71 489,62€	2017	Vila de Rei	100,00

10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Intervenção Precoce, Redução do Abandono Escolar e Promoção do Sucesso Educativo, enquadradas no PEDIME	506899250	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA	92 430,46€	2017	Vila Nova da Barquinha	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Programa Intermunicipal de Promoção da Cultura Científica, das Artes e das Competências Metacognitivas	502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	637 500,00€	2016		100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Promoção da Cultura Científica, das Artes e das Competências Metacognitivas	502661038	MUNICIPIO DE ABRANTES	253 030,18€	2017	Abrantes	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Promoção da Cultura Científica, das Artes e das Competências Metacognitivas	500745773	MUNICIPIO DE ALCANENA	123 846,74€	2017	Alcanena	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Promoção da Cultura Científica, das Artes e das Competências Metacognitivas	506826546	MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA	79 885,28€	2017	Constância	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Promoção da Cultura Científica, das Artes e das Competências Metacognitivas	501120149	MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO	196 381,38€	2017	Entroncamento	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Promoção da Cultura Científica, das Artes e das Competências Metacognitivas	501216839	MUNICIPIO DE FERREIRA DO ZEZERE	95 060,34€	2017	Ferreira do Zêzere	100,00

10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Promoção da Cultura Científica, das Artes e das Competências Metacognitivas	506814343	MUNICÍPIO DE MAÇÃO	84 469,78€	2017	Mação	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Promoção da Cultura Científica, das Artes e das Competências Metacognitivas	501280740	MUNICIPIO DE OUREM	359 895,28€	2017	Ourém	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Promoção da Cultura Científica, das Artes e das Competências Metacognitivas	501181857	MUNICIPIO DE SARDOAL	77 362,03€	2017	Sardoal	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Promoção da Cultura Científica, das Artes e das Competências Metacognitivas	506963837	MUNICÍPIO DA SERTÃ	143 037,68€	2017	Sertã	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Promoção da Cultura Científica, das Artes e das Competências Metacognitivas	506738914	MUNICÍPIO DE TOMAR	293 224,54€	2017	Tomar	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Promoção da Cultura Científica, das Artes e das Competências Metacognitivas	506608972	MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS	254 878,20€	2017	Torres Novas	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Promoção da Cultura Científica, das Artes e das Competências Metacognitivas	506932273	MUNICÍPIO DE VILA DE REI	71 498,12€	2017	Vila de Rei	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Implementação de Medidas de Promoção da Cultura Científica, das Artes e das Competências Metacognitivas	506899250	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA	92 430,46€	2017	Vila Nova da Barquinha	100,00

10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Programa Intermunicipal de Apoio aos Alunos com NEE	502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	340 000,00€	2016		100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Programa Intermunicipal de Promoção do Empreendedorismo nas Escolas	502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	170 000,00€	2016		100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Orientação Vocacional e Qualificação Profissional	502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	85 000,00€	2016		100,00
06.03	Património Cultural - Intervenções em Monumentos Nacionais - Valorização da Igreja de São Vicente	600084914	DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL	425 000,00€	2016	Abrantes	100,00
06.03	Património Cultural - Intervenções em Monumentos Nacionais - Igreja de Santa Maria do Castelo	600084914	DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL	200 000,00€	2016	Abrantes	100,00
06.03	Património Cultural - Intervenções em Monumentos Nacionais - Castro de São Miguel (Amêndoa)	600084914	DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL	255 000,00€	2016	Mação	100,00
06.03	Património Cultural - Intervenções em Monumentos Nacionais - Reabilitação do Castelo e do Paço do Conde	600084914	DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL	510 000,00€	2016	Ourém	100,00
06.03	Património Cultural - Intervenções em Monumentos Nacionais - Antiga Sinagoga	600084914	DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL	212 500,00€	2016	Tomar	100,00
06.03	Património Cultural - Intervenções em Monumentos Nacionais - Capela de São Lourenço e Padrão D. João I	600084914	DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL	85 000,00€	2016	Tomar	100,00
06.03	Património Cultural - Intervenções em Monumentos Nacionais - Aqueduto dos Pegões - 1.ª fase	600084914	DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL	425 000,00€	2016	Tomar	100,00
06.03	Património Cultural - Intervenções em Monumentos Nacionais - Interior do Castelo / Musealização das Torres	600084914	DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL	340 000,00€	2016	Torres Novas	100,00
06.03	Património Cultural - Intervenções em Monumentos Nacionais - Circuito de Visitação Vila Cardílio	600084914	DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL	42 500,00€	2016	Torres Novas	100,00
06.03	Património Cultural - Intervenções em Monumentos Nacionais - Valorização do Castelo de Almourol	600084914	DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL	510 000,00€	2016	Vila Nova da Barquinha	100,00

09.07	Infraestruturas e Equipamentos de Saúde - Pólo de Saúde Pública de Tomar	503148776	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.	0,00€	2016	Tomar	100,00
09.07	Infraestruturas e Equipamentos de Saúde - Pólo de Saúde Pública de Torres Novas	503148776	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.	340 000,00€	2016	Torres Novas	100,00
09.07	Infraestruturas e Equipamentos de Saúde - Centro de Saúde de Sertã	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.	534 650,00€	2016	Sertã	100,00
09.07	Infraestruturas e Equipamentos de Saúde - Centro de Saúde de Rossio ao Sul do Tejo	503148776	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.	371 450,00€	2016	Abrantes	100,00
09.07	Infraestruturas e Equipamentos de Saúde - Extensão de Saúde de Montalvo	503148776	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.	0,00€	2016	Constância	100,00
09.07	Infraestruturas e Equipamentos de Saúde - Centro de Saúde de Ortiga	503148776	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.	0,00€	2016	Mação	100,00
09.07	Infraestruturas e Equipamentos de Saúde - Centro de Saúde de Amêndoa	503148776	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.	0,00€	2016	Mação	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Iniciativas de Apoio à Comunidade Pré-Escolar	502661038	MUNICIPIO DE ABRANTES	154 726,78€	2016	Abrantes	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Iniciativas de Apoio à Comunidade Pré-Escolar	500745773	MUNICIPIO DE ALCANENA	84 060,35€	2016	Alcanena	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Iniciativas de Apoio à Comunidade Pré-Escolar	506826546	MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA	54 276,50€	2016	Constância	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Iniciativas de Apoio à Comunidade Pré-Escolar	501120149	MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO	118 901,85€	2016	Entroncamento	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Iniciativas de Apoio à Comunidade Pré-Escolar	501216839	MUNICIPIO DE FERREIRA DO ZEZERE	60 739,03€	2016	Ferreira do Zêzere	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Iniciativas de Apoio à Comunidade Pré-Escolar	506814343	MUNICÍPIO DE MAÇÃO	48 937,87€	2016	Mação	100,00

10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Iniciativas de Apoio à Comunidade Pré-Escolar	501181857	MUNICÍPIO DE SARDOAL	47 673,47€	2016	Sardoal	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Iniciativas de Apoio à Comunidade Pré-Escolar	506963837	MUNICÍPIO DA SERTÃ	85 043,78€	2016	Sertã	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Iniciativas de Apoio à Comunidade Pré-Escolar	506738914	MUNICÍPIO DE TOMAR	158 239,03€	2016	Tomar	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Iniciativas de Apoio à Comunidade Pré-Escolar	506608972	MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS	160 908,33€	2016	Torres Novas	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Iniciativas de Apoio à Comunidade Pré-Escolar	506932273	MUNICÍPIO DE VILA DE REI	42 194,36€	2016	Vila de Rei	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Iniciativas de Apoio à Comunidade Pré-Escolar	506899250	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA	59 193,63€	2016	Vila Nova da Barquinha	100,00
10.05	Edifícios Escolares - Centros Escolares - Centro Escolar de Abrantes	502661038	MUNICÍPIO DE ABRANTES	1 601 038,88€	2016	Abrantes	100,00
10.05	Edifícios Escolares - Centros Escolares - Centro Escolar de Alcanena	500745773	MUNICÍPIO DE ALCANENA	1 050 000,00€	2017	Alcanena	100,00
10.05	Edifícios Escolares - Centros Escolares - Centro Escolar Luis Ribeiro Pereira	501216839	MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ZEZERE	38 250,00€	2016	Ferreira do Zêzere	100,00
10.05	Edifícios Escolares - Centros Escolares - Centro Escolar Sérgio de Mello	501216839	MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ZEZERE	38 250,00€	2016	Ferreira do Zêzere	100,00
10.05	Edifícios Escolares - Centros Escolares - Centro Escolar de Carvoeira	501280740	MUNICÍPIO DE OUREM	250 000,00€	2016	Ourém	100,00
10.05	Edifícios Escolares - Centros Escolares - Requalificação do Parque Escolar de Sardoal	501181857	MUNICÍPIO DE SARDOAL	475 000,00€	2016	Sardoal	100,00
10.05	Edifícios Escolares - Centros Escolares - Reabilitação de Edifícios do Ensino Básico e Pré-Escolar	506963837	MUNICÍPIO DA SERTÃ	150 000,00€	2016	Sertã	100,00
10.05	Edifícios Escolares - Centros Escolares - Centro Escolar da Linhaceira	506738914	MUNICÍPIO DE TOMAR	850 000,00€	2016	Tomar	100,00
10.05	Edifícios Escolares - Centros Escolares - Centro Escolar de Santa Maria	506608972	MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS	1 273 671,88€	2016	Torres Novas	100,00

10.05	Edifícios Escolares - Centros Escolares - Remodelação da Escola Básica e Secundária do Centro de Portugal	506932273	MUNICÍPIO DE VILA DE REI	559 396,63€	2016	Vila de Rei	100,00
10.05	Edifícios Escolares - Centros Escolares - Adaptação / Remodelação da Escola EB1 de VNB a JI	506899250	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA	417 279,11€	2016	Vila Nova da Barquinha	100,00
10.05	Edifícios Escolares - Centros Escolares Suplentes - Centro Escolar de Minde	500745773	MUNICIPIO DE ALCANENA	0,00€	2017	Alcanena	100,00
10.05	Edifícios Escolares - Centros Escolares Suplentes - Jardim de Infância Raul Lopes	506738914	MUNICÍPIO DE TOMAR	0,00€	2017	Tomar	100,00
10.05	Edifícios Escolares - Centros Escolares Suplentes - Centro Escolar de Santa Maria - 2ª Fase	506608972	MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS	0,00€	2017	Torres Novas	100,00
10.05	Edifícios Escolares - Centros Escolares Suplentes - Centro Escolar de Alvega/ Concavada	502661038	MUNICIPIO DE ABRANTES	0,00€	2017	Abrantes	100,00
10.05	Edifícios Escolares - EB 2/3 e Secundário - Recuperação do Pavilhão EB2/3 Ruy d'Andrade	501120149	MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO	500 000,00€	2016	Entroncamento	100,00
10.05	Edifícios Escolares - EB 2/3 e Secundário - EB2/3 Pedro Ferreiro	501216839	MUNICIPIO DE FERREIRA DO ZEZERE	0,00€	2016	Ferreira do Zêzere	100,00
10.05	Edifícios Escolares - EB 2/3 e Secundário - Requalificação do Parque Escolar do Sardoal	501181857	MUNICIPIO DE SARDOAL	0,00€	2016	Sardoal	100,00
10.05	Edifícios Escolares - EB 2/3 e Secundário - Escola Maria Lamas	506608972	MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS	1 000 000,00€	2016	Torres Novas	100,00
10.05	Edifícios Escolares - EB 2/3 e Secundário - Remodelação da Escola Básica e Secundária do Centro de Portugal	506932273	MUNICÍPIO DE VILA DE REI	0,00€	2016	Vila de Rei	100,00
10.05	Edifícios Escolares - EB 2/3 e Secundário - Requalificação da Escola Secundária de Alcanena com Integração do 2.º Ciclo	500745773	MUNICIPIO DE ALCANENA	800 000,00€	2016	Alcanena	100,00
10.05	Edifícios Escolares - Centro Escolares - Requalificação do Parque Escolar	501280740	MUNICIPIO DE OUREM	250 000,00€	2016	Ourém	100,00
10.05	Edifícios Escolares - EB 2/3 e Secundário - Escola Artur Gonçalves	506608972	MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS	0,00€	2016	Torres Novas	100,00
09.07	Infraestruturas e Equipamentos de Saúde - 13 Unidades Móveis de Saúde	503148776	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.	204 000,00€	2016		100,00

10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Planos Estratégicos Multinível - Planos de Desenvolvimento Educativo Municipal, Projetos Educativos Municipais e Projetos Educativos de Escolas	506814343	MUNICÍPIO DE MAÇÃO	13 515,16€	2016	Mação	100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Iniciativas de Apoio à Comunidade Pré-Escolar	501280740	MUNICIPIO DE OUREM	200 105,02€	2016	Ourém	100,00
08.03	Criação de emprego	502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	2 000 000,00€	0		100,00
08.08	Criação de empresas	502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	1 700 000,00€	0		100,00
09.01	Plataforma regional de parceria para a inovação social	502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	2 507 397,30€	0		100,00
09.04	Envelhecimento Ativo no Médio Tejo	502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	200 000,00€	0		100,00
10.01	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar	502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	1 530 008,48€	0		100,00
10.05	Centro Escolar de Montalvo	506826546	MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA	1 111 651,00€	0		100,00
10.05	Centro Escolar de S. Pedro	506738914	MUNICÍPIO DE TOMAR	20 662,50€	0		100,00
10.05	Ampliação/ Remodelação da EB1 + JI de Mação	506814343	MUNICÍPIO DE MAÇÃO	50 000,00€	0		100,00
10.05	JI Templários	506738914	MUNICÍPIO DE TOMAR	22 800,00€	0		100,00
10.05	EB 2.3/ S Dra. Judite Andrade	501181857	MUNICIPIO DE SARDOAL	2 700 000,00€	0		100,00
10.05	ES da Sertã	506963837	MUNICÍPIO DA SERTÃ	500 000,00€	0		100,00
03.MO 4	Segurança de Barragens	600005305	DIREÇÃO REGIONAL DA AGRICULTURA E PESCAS LISBOA E VALE DO TEJO	255 000,00€	0		100,00
03.MO 4	Regadios Tradicionais	000000000	Administração pública local; associações de regantes/beneficiários ou similares	551 650,00€	0		100,00
03.MO 4	Estruturação Fundiária	501788344	AGROTEJO - União Agrícola Norte Vale do Tejo	667 250,00€	0		100,00

05.02	Sistema de Informação, Planeamento, Monitorização e Comunicação - Sistema de Videovigilância para Incêndios	506932273	MUNICÍPIO DE VILA DE REI	26 489,40€	2016		100,00
05.02	Sistema de Informação, Planeamento, Monitorização e Comunicação - Sistema de Videovigilância para Incêndios	506963837	MUNICÍPIO DA SERTÃ	40 753,59€	2016		100,00